



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas

2016

**ANA CAROLINA
AFONSO FIDALGO**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM EDIÇÃO NA
ALMEDINA**



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas

2016

**ANA CAROLINA
AFONSO FIDALGO**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO EM EDIÇÃO NA
ALMEDINA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Editoriais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Cristina Matos Carrington da Costa, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

Aos meus pais, que me acompanham sempre nas minhas
aventuras acadêmicas e profissionais.

o júri

Presidente

Professora Doutora Ana Margarida Corujo Ferreira Lima Ramos
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Maria Cristina Matos Carrington da Costa
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

Licenciada Cecília Ferreira Santos
Edições Almedina, S.A., reconhecida como especialista pela Universidade de Aveiro (arguente)

Agradecimentos

Às Edições Almedina, na pessoa do Eng.º Carlos Pinto, pela oportunidade que me foi dada de, durante seis meses, ter podido fazer parte desta editora.

À Dra. Cecília Santos, Dra. Paula Mendes e Dra. Sofia Barraca que generosamente partilharam comigo o seu Departamento Editorial. O que aprendi durante este estágio é o resultado concreto da atenção e tempo que elas me despenderam com amabilidade. Dedico um agradecimento especial à Dra. Cecília Santos que, enquanto minha orientadora de estágio, não podia ter sido mais atenciosa, construtiva ou encorajadora.

À Prof. Doutora Maria Cristina Carrington, pela paciência, pela simpatia e, sobretudo, pelo seu olhar crítico e atento que contribuiu para a maior solidez deste relatório.

Por último, aos meus pais: sem o seu apoio inabalável, todos os meus empreendimentos não passariam de castelos no ar. Obrigada por darem materialidade aos meus sonhos.

palavras-chave

Almedina; edição jurídica; edição académica; ciclo editorial; Departamento Editorial; apreciação de originais; bases de indexação; novidades editoriais; revisão; registo de publicações periódicas.

Resumo

O presente relatório refere-se às atividades concretizadas durante o estágio em edição realizado no Departamento Editorial das Edições Almedina entre outubro de 2015 e março de 2016. Começar-se-á com uma visão geral da história da editora e do grupo editorial. De seguida, são descritas as particularidades da política editorial e da gestão dentro da Almedina. Na última secção são relatadas as várias tarefas concretizadas durante o estágio, divididas em quatro categorias principais.

Keywords

Almedina; law publishing; academic publishing; publication cycle; Editorial Department; manuscript evaluation; indexing databases; new publications; proofreading; periodical publications registration.

Abstract

The present report refers to the activities carried out during the publishing internship that took place at Edições Almedina's Editorial Department from October 2015 to March 2016. To begin with, an overview of the history of the publishing house and the editorial group is provided. Secondly, the particularities of Almedina's editorial policies and management are outlined. In the final and main section, an account is given concerning the diverse tasks accomplished during the internship, divided in four main categories.

Índice

Lista de Figuras	17
Lista de Anexos	18
1. História: do Arco ao Mundo, do jovem empreendedor ao grupo editorial	19
1.1 A Almedina pelas mãos do seu fundador	19
1.2. Período de profissionalização e modernização	21
1.3. Expansão da rede de livrarias.....	23
1.4. Três identidades, um grupo editorial	25
1.5. Rumo ao Brasil e outras línguas portuguesas	27
2. Gestão e política editorial	31
2.1.1. Posicionamento: “Almedina” indissociável do Direito.....	31
2.1.2. Linhas editoriais	32
2.1.3. Edição digital.....	33
2.1.4. ALMEDINA <i>mais</i>	33
2.2.1. Estrutura de Gestão.....	34
2.2.2. Departamento Editorial.....	35
2.2.3. Outros departamentos	36
2.3. Ciclo Editorial	37
3. O estágio: os seis meses em que fui parte da Almedina	39
3.1. Período introdutório: singularidades de uma editora jurídica.....	39
3.2. Período intermédio: apreciação de originais	41
3.3. Período final: centralização de documentos de apreciação	47
3.4. Tarefas transversais	50
3.4.1. Bases de Indexação	50
3.4.2. Repositórios Institucionais	51
3.4.3. Prémio António Arnaut e obra inédita	52
3.4.4. A “Nova” Lei do Preço Fixo.....	53
3.4.5. Relação de Edições	54
3.4.6. Análise de uma 2. ^a Edição.....	55

3.4.7. Revisão.....	55
3.4.8. Pedidos de Capa.....	56
3.4.9. Registo de Publicação Periódica	57
3.4.10. Reunião de Preparação Editorial.....	58
Considerações Finais	61
Referências Bibliográficas.....	63

Lista de Figuras

- Fig. 1 – Página principal do site Almedina.net a 21 de junho de 2000 (imagem obtida através do site Waybackmachine.org a 09/05/2016).22
- Fig. 2 – Logótipos das três editoras do Grupo Almedina e da chancela Minotauro. 27
- Fig. 3 – Organograma que representa a estrutura de gestão da Almedina (disponível em: <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/18>, consultado a 16-03-2016).34
- Fig. 4 – Exemplo de e-mail enviado a uma autora com a solicitação do original e respetiva ficha de proposta de edição. 48
- Fig. 5 – Pasta do Departamento Editorial partilhada na Dropbox 48

Lista de Anexos

Anexo I – Resumo Semanal Geral (semana de 15 a 21 de janeiro).....	65
Anexo II – Resumo Semanal de Direito (semana de 15 a 21 de janeiro).....	70
Anexo III – Ficha de apreciação.	71
Anexo IV – Ficha de proposta de edição.....	73
Anexo V – Informações relativas às bases de indexação.	75
Anexo VI – Procedimento/elementos em falta para adesão às bases de indexação.	82
Anexo VII – Regulamentações relativamente aos tipos de acesso dos repositórios institucionais.	84
Anexo VIII – Relação de edições de abril de 2015.	87
Anexo IX – Formulário de pedido de capas.....	90
Anexo X – Formulário de requerimento para registo de publicação periódica.	94
Anexo XI – Estatuto Editorial.....	97

1. História: do Arco ao Mundo, do jovem empreendedor ao grupo editorial¹

Em 1955, é traçada a primeira linha na história do atual Grupo Almedina com a abertura de uma modesta livraria de 70 m² junto ao Arco de Almedina, na cidade de Coimbra. Desde esse momento inicial, o pequeno estabelecimento partilha o nome “Almedina” com o emblemático arco. Joaquim Machado é o primeiro protagonista na construção do grupo editorial líder na área científica do Direito em Portugal.

1.1 A Almedina pelas mãos do seu fundador

O fundador da rede de livrarias e editora Almedina cresceu no seio de uma família com dificuldades económicas. Joaquim Machado foi o último de quatro filhos e o único que pôde frequentar o quarto ano de escolaridade primária. Após este período, começou de imediato a trabalhar numa loja de fazendas. Aos quinze anos, iniciou a sua primeira experiência profissional relacionada com o negócio livreiro na Livraria Atlântida, situada na Rua Ferreira Borges em Coimbra. Posteriormente, exerceu funções na Livraria Coimbra Editora, sob a orientação do Sr. Arménio Amado, uma figura que o terá inspirado no seu próprio percurso profissional. É neste período que se matricula na Escola Avelar Brotero para retomar os estudos, conciliando-os com as suas funções de livreiro. Conclui o curso noturno em 1948.

Dois anos mais tarde, cimenta a sua estabilidade familiar quando casa e se muda com a sua esposa para o Bairro Norton de Matos. Encontra assim as condições necessárias para finalmente considerar estabelecer o seu próprio negócio. Deste modo, muito antes da era da exaltação do espírito empreendedor, já Joaquim Machado era um *self-made man*, construindo com o seu suor e dedicação as linhas fundadoras de uma empresa que viria a deixar a sua marca no panorama editorial e livreiro português. Com o empréstimo dos fundos necessários por amigos, abre assim a primeira livraria Almedina a 1 de outubro de 1955.

Seleciona o espaço junto ao Arco da Almedina pela sua localização estratégica, na interceção entre a zona comercial de Coimbra por excelência da época, as ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz, e o espaço de circulação estudantil, a Alta de Coimbra.

¹ As informações históricas não referenciadas poderão ser encontradas *online* nas páginas “Biografia do Fundador” e “Marcos Históricos” no site oficial do Grupo Almedina (<<http://www.grupoalmedina.net/?q=node/32>>; <<http://www.grupoalmedina.net/?q=node/2>>, consultados a 07/05/2016).

O estabelecimento de pequenas dimensões emprega inicialmente apenas duas pessoas, entre as quais são divididos o atendimento ao público e a gestão e administração.

A partir da abertura da sua primeira casa, a Almedina cresceu desde logo com uma relação privilegiada com o ramo do Direito, o que terá sido determinado pela experiência profissional anterior de Joaquim Machado, quer na Livraria Atlântida, quer na Coimbra Editora, ambas com atividade editorial marcadamente direcionada para esta área.

Nesse tempo e historicamente, a Faculdade de Direito havia sido uma das primeiras e mais importantes faculdades da Universidade de Coimbra. Deste modo, o conhecimento científico jurídico possuía um valor particular, conferindo um determinado estatuto quer a quem o criava, quer a quem o difundia. Também a Faculdade de Letras se assumia como um local de relevo na produção de conhecimento humanístico. Assim, a publicação e comercialização de livros nas áreas do Direito e das Ciências Sociais e Humanas presumia-se como um segmento de mercado promissor.

A inexistência na época de manuais universitários face à procura de conteúdos pelo público estudantil, especialmente na área jurídica, tratava-se de uma carência que não só podia ser contornada como também tornar-se numa oportunidade de negócio. Assim, a livraria começou de forma natural a criar e a comercializar sebatas policopiadas, o que marca os primórdios da atividade editorial da Almedina.

As alterações legislativas em particular eram publicadas em fascículos produzidos pelos professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a partir dos comunicados da Assembleia Geral da República. Isto era possível devido às boas relações que Joaquim Machado tinha cultivado com os docentes já durante a sua experiência profissional anterior na Livraria Atlântida e na Coimbra Editora. Na sua nova livraria, a promoção de boas relações com a academia era também uma máxima a manter, tanto que, até hoje, o bom relacionamento com os autores se mantém como uma prioridade dentro do Grupo Almedina.

A manutenção de relações estreitas não se verificava apenas com os autores, mas também com outras livrarias e editoras. Também os tribunais, outras Faculdades de Direito e estabelecimentos de ensino eram contactados para a divulgação de uma listagem dos títulos produzidos pela Almedina, a que corresponde hoje uma *newsletter* (Portela, 2009: 8-9). A manutenção deste quadro de parceria e simbiose com outras entidades deve ser reconhecida como um dos maiores méritos empresariais de Joaquim Machado que pôde assim fomentar o crescimento e estabelecimento da Almedina como interveniente de peso no mercado.

O primeiro *bestseller* com o selo Almedina foi uma edição do Código Civil publicada em 1966, que apresentava uma atualização segundo novas disposições legais. O seu sucesso comercial marca um momento simbólico em que é confirmada a oportunidade para

desenvolver a atividade editorial em paralelo com a atividade comercial dentro do segmento jurídico.

Face a este quadro inicial de sucesso, fazia todo o sentido a abertura de portas de uma segunda livraria Almedina, em 1968. Remodelada a partir de uma casa de modas na Rua Ferreira Borges, com o alargamento da cave e já com divisões por áreas temáticas, a NovAlmedina é não só um empreendimento de maior ambição, mas também um negócio que revela um conhecimento mais profundo do mercado. Com mais do dobro das dimensões da primeira livraria, este novo espaço oferece ainda uma área de exposição pouco comum para a época. A vertente de papelaria que estava presente na loja anterior passa a existir separadamente do estabelecimento livreiro (cf. *ibidem*: 10). Na década de 70, a Almedina abria outros estabelecimentos especializados não-livreiros, também na Rua Ferreira Borges. Em 1972, durante o período dourado do *rock*, é inaugurada a Discoteca Almedina para a venda de discos e, em 1975, é adquirida a antiga Pastelaria Riviera também na baixa coimbrã com vista à abertura de uma papelaria à parte do negócio livreiro.

O ano de 1976 marca um ano de transição para a Almedina, sendo que é a primeira vez que esta se expande para fora da sua cidade-berço. Finalmente, a empresa desponta na capital sob a forma de uma livraria denominada Edições Globo, também com a função de depósito, na Rua de S. Filipe Nery, junto ao Largo do Rato. Era o próprio Joaquim Machado que, então, procedia à distribuição dos livros às livrarias lisboetas com a sua carrinha particular. De modo similar, em 1982, a Almedina é levada para a Rua de Ceuta, no Porto.

O que começara como um pequeno negócio mantido por duas pessoas havia-se tornado, no decorrer de quatro décadas, num negócio familiar com ambas as vertentes livreira e editorial, englobando quatro livrarias e uma discoteca mantidas em três cidades diferentes. Foi assim que, em 1995, era observável que o volume de vendas vinha a suplantar as capacidades da família Machado (cf. *ibidem*: 11).

1.2. Período de profissionalização e modernização

Confrontados com o crescimento da empresa e o limite das suas possibilidades, chega o momento de Joaquim Machado e os seus sucessores procurarem a melhor solução para o futuro da Almedina. Assim, optam por recorrer a uma consultora especializada na reconversão de empresas familiares para profissionalizar a gestão da empresa. É então que ocorre uma separação entre os proprietários do património Almedina e os seus gestores através de um protocolo, o que altera radicalmente o modelo de funcionamento da empresa. É contratado um

administrador profissional externo para gerir a relação entre gestores e proprietários, de modo a construir uma empresa de maior solidez, com uma orientação objetiva e profissional. Assim se inicia uma nova fase de maturidade para a Almedina, já muito mais próxima da sua realidade atual (cf. *ibidem*: 12).

É neste período que ocorre uma separação legal da componente livreira e da componente editorial da Almedina, através da criação de uma sociedade gestora de participações sociais (Joaquim Machado, SGPS) que viria então a gerir as duas empresas: a empresa responsável pelo retalho livreiro designada por “Joaquim Machado, SA” e a empresa responsável pela atividade editorial designada por “Edições Almedina, SA” (cf. *idem*).

As alterações que se operaram a nível de funcionamento da empresa são observáveis a todos os níveis. Globalmente, é evidente a preocupação em modernizar a Almedina, acompanhando a evolução tecnológica estonteante que na época começava a fazer-se sentir no mercado livreiro. A profissionalização da gestão da empresa havia ocorrido em boa hora, coincidindo com o momento em que se faziam sentir os primeiros ventos de mudança no setor livreiro e editorial face a dois fatores de peso: por um lado, a chegada a Portugal da grande cadeia retalhista Fnac, em 1998, que pelo seu poder negocial superior à concorrência viria a representar uma ameaça no setor livreiro, e por outro, os avanços tecnológicos materializados na difusão da Internet e o aparecimento de novos suportes de informação que revolucionaram o mercado até à própria conceção de “livro”, levando ao advento do livro eletrónico e das livrarias *online*.

A modernização da Almedina passa então necessariamente pela informatização total da empresa, através da adoção de um sistema internacional standardizado, o que obriga à adaptação dos procedimentos da empresa para uma maior adequação a este modelo, através da criação de sistemas de informação para gestão (cf. *idem*).

Similarmente, a expansão dos espaços da Almedina fez-se também na dimensão virtual com a abertura do *site* Almedina.net no ano 2000. O objetivo inicial deste espaço era a comercialização exclusivamente do acervo editorial de selo Almedina. Porém, devido ao seu carácter pioneiro enquanto livraria jurídica *online*, rapidamente foram integrados no catálogo



Fig. 1 – Página principal do site Almedina.net a 21 de junho de 2000 (imagem obtida através do site

títulos de outras editoras jurídicas (*ibidem*: 13), nomeadamente, da Coimbra Editora e da Quid Juris, entre outras.

Originalmente, o Almedina.net possuía duas secções, a loja virtual e uma secção informativa que descrevia brevemente as atividades livreira e editorial da empresa. Este aspeto contrasta com o presente, em que existem dois *sites* diferentes para estes dois propósitos distintos, o que reflete a especialização e progressiva divisão que ao longo dos anos viria a ser vinculada entre o negócio retalhista Almedina, mais conhecido do público, e o conceito institucional do Grupo Almedina.

1.3. Expansão da rede de livrarias²

Simultaneamente, também a expansão dos espaços físicos Almedina continuava. Para concorrer com os grandes retalhistas livreiros nacionais, a Fnac e a Bertrand, era imperativo para a Almedina expandir a sua rede livreira. Já em 1996, tinha sido inaugurada uma nova livraria em Coimbra, desta vez na Praça da República, após a aquisição da livraria Finisterra.

Um passo mais significativo será a abertura, em 2001, de uma nova e moderna livraria de 400 m² no Centro Comercial Atrium Saldanha, em Lisboa. Esta livraria foi desde início pensada com um cariz mais generalista. Foi desenhada pelos arquitetos Manuel e Francisco Aires Mateus e recipiente do Prémio de Arquitectura de Interiores atribuído pela ARQ-INFAD (Associació Interdisciplinària de Disseny de L'Espai del Fomento de Arts Decoratives). Novamente, a Almedina acompanhava as tendências crescentes do mercado de livreiro para a reconceptualização da livraria enquanto espaço que transcende já o estabelecimento comercial, sendo antes “uma espécie de refúgio capaz de sugerir a paixão pelos livros”. Face à concorrência da Fnac, que na altura oferecia já aos leitores um espaço acolhedor, era fundamental que a Almedina modificasse o seu modo de apresentação e disponibilizasse os livros num “environment that was much more inviting and less intimidating for consumers than the traditional bookstore” (Thompson, 2012: 54).

O sucesso deste empreendimento levou a que os arquitetos Manuel e Francisco Aires Mateus fossem novamente convidados a desenhar uma livraria Almedina generalista, tendo esta aberto em 2003, no Centro Comercial Arrábida Shopping, em Gaia.

² Citações e informações a respeito das livrarias da rede Almedina que não surjam referenciadas estão disponíveis na secção “As nossas livrarias” no *site* da livraria virtual Almedina.net (<<http://www.almedina.net/catalog/livrarias.php>>, consultado a 09/05/2016).

Foi no ano anterior que tinha sido inaugurada uma livraria Almedina no Campus Universitário do Gualtar da Universidade do Minho, em Braga, a primeira livraria Almedina sediada numa universidade.

A primeira livraria em regime *franchising* surge também em 2003, no Funchal, Madeira, sendo o resultado do espírito empreendedor do Senhor Dr. França Pitão, advogado e antigo autor da Almedina, que pediu que lhe fosse garantido o direito de exploração da marca Almedina na sua Livraria Técnica da Madeira, Lda.

Em 2004, abre uma livraria no Centro de Arte Moderna, em Lisboa, em sequência do convite da Fundação Calouste Gulbenkian. Tendo como público-alvo aqueles que frequentam o CAM, a oferta neste espaço favorece as áreas temáticas da Arte, Arquitetura e Design, tendo também presentes as secções de Direito e de Ficção.

Em 2006, são inauguradas mais duas livrarias com uma oferta de âmbito generalista. A primeira, de médias dimensões, localiza-se em Matosinhos, no edifício da Biblioteca Florbela Espanca. A segunda, de grandes dimensões, surge novamente pela mão dos arquitetos Manuel e Francisco Aires Mateus, desta vez no Estádio Cidade de Coimbra. Assim, a Almedina reforça a sua presença na sua cidade de origem, importando a imagem mais sofisticada e acolhedora direccionada ao grande público que vinha a cultivar desde a abertura da Almedina Atrium Saldanha e da Almedina Arrábida Shopping. Esta nova conceção da livraria como espaço intelectual social é materializada num espaço de lançamentos destinado à realização de eventos culturais. Assim, a livraria não se trata apenas de um lugar de passagem onde se compram e vendem livros, mas um lugar de encontro para a difusão de conhecimento e o debate de ideias.

No ano de 2009, é inaugurada a Livraria Oriente em Lisboa, também esta projetada pelo arquiteto Manuel Aires Mateus. A sua criação está sintonizada com a efervescência crescente das suas proximidades, marcada pelo movimento da “nova cidade judiciária, os centros empresariais da sua periferia, o centro de congressos situado na zona, bem como os residentes locais e o grande tráfego de rua característico do local”. Assim, o seu catálogo considera particularmente os campos jurídico, fiscal e empresarial.

Lisboa acolhe ainda mais uma Almedina, no ano seguinte, desta vez especializando-se para o contexto académico. Trata-se da segunda livraria da rede Almedina localizada num polo universitário, o ISCTE-IUL. O catálogo da Almedina ISCTE aposta sobretudo em áreas como a Antropologia, Sociologia, História e Ciências Económicas, de modo a corresponder às necessidades dos professores e estudantes que a frequentam.

O rápido crescimento da produção editorial e do número de pontos de venda durante estes anos levou à necessidade de manter um armazém para o Grupo Almedina, onde se

pudessem manter os títulos enquanto estes não estivessem em circulação. Este foi inaugurado em 2009, em Eiras, Coimbra.

O período de metamorfose da rede retalhista da Almedina caracteriza-se não apenas pela abertura de um grande número de novas lojas, mas também pela modificação do conjunto de estabelecimentos preexistentes. É assim que, em 2007, a primeira livraria junto ao Arco de Almedina é encerrada para requalificação. Em 2010, a Discoteca Almedina fecha portas definitivamente, passando a venda de discos a fazer parte dos serviços integrados na livraria do Estádio da Universidade de Coimbra. Também a livraria NovAlmedina é encerrada para obras de requalificação nesse mesmo ano, ao passo que a primeira livraria junto ao Arco é reaberta ao público.

1.4. Três identidades, um grupo editorial

Um dos fenómenos mais marcantes que têm vindo a ocorrer no universo editorial português nos últimos anos é o da concentração de editoras em grandes grupos editoriais. Este processo já ocorria anteriormente noutras partes do globo, não sendo exclusivo ao negócio editorial. Pelo contrário, a competição num contexto de mercados globalizados obriga as empresas em todos os ramos de negócios a procurar economias de escala, isto é, à rentabilização de recursos através do aproveitamento de sinergias: “as empresas associam-se, fundem-se, constituem grupos poderosos, internacionalizam-se, os grandes envolvem os pequenos, procuram novos mercados para um mais largo exercício da sua actividade” (Matos, 2007).

O processo tinha-se iniciado em solo nacional em 2001, ano em que a Porto Editora, que representa hoje o maior grupo editorial português, começa a assimilar outras editoras para o seu grupo (Costa, 2009: 7). Neste contexto, a Almedina obedece às novas exigências do mercado e o início de um grupo editorial data de 2005. Este acontecimento precede em três anos o nascimento do atual segundo maior grupo editorial português, o grupo Leya (Crespo, 2009).

O Grupo Almedina surge no seguimento da aquisição das Edições 70. Antes da sua entrada no grupo, esta editora contava já três décadas e meia de existência e uma forte reputação enquanto editora cultural de qualidade. O seu segmento de mercado integra as Ciências Sociais e Humanas, uma área temática já anteriormente publicada pelas Edições Almedina, embora sem o destaque reservado ao Direito. As duas áreas do conhecimento e a imagem que ambas as editoras tinham junto do público articulavam-se de forma adequada, o que resultou num “casamento” de sucesso. A identidade da Almedina manteve-se inalterada enquanto marca cuja missão passa por “promover o conhecimento”, “de especialistas para

especialistas”. Por outro lado, a aquisição de uma editora especializada em Ciências Sociais e Humanas permitia um posicionamento estratégico no mercado, podendo cada uma das editoras focar-se no seu segmento específico. A construção de um grupo editorial não conduz a que nenhuma das editoras comprometa a sua identidade original, mas sim que se proceda a uma partilha de recursos como meio de reforçar a sua presença no mercado e oferecer o melhor produto possível.

Em 2009, sob a alçada das Edições 70 foi criada a chancela Minotauro. Trata-se de um projeto especial que visava a publicação de literatura contemporânea espanhola. Até ao presente, esta permanece a única incursão do Grupo Almedina no mercado da ficção, um desafio assumidamente à margem das leis de mercado e desde a partida sem expectativa de lucro: “Pretendia-se que a selecção de títulos se pautasse por critérios de qualidade e exigência editorial, à margem do mercado dominado pelas vogas passageiras”³. Esta iniciativa retrata na perfeição a forma como as Edições 70 ainda hoje se definem – uma editora que valoriza a publicação da cultura acima do comercializável.

Em 2008, o Grupo Almedina volta a crescer ao acolher no seu seio a Actual Editora, com o cunho da publicação de obras na área das Ciências Económicas. Esta editora tinha iniciado a sua atividade em 2003 com a missão de ser reconhecida pela sua “qualidade técnica, actualidade temática, relevância de conteúdos e design inovador”. Também as Ciências Económicas representavam uma área temática com importância no catálogo da Almedina. Este carácter mantém-se, embora após a aquisição a Actual Editora fique geralmente ao cargo da publicação das obras de Ciências Económicas de cariz mais prático, ao passo que a Almedina assegura a publicação de obras da Economia e Gestão de natureza mais vincadamente académica. Esta diferença é observável também a nível do design, que no caso da Almedina continua a assumir um carácter secundário em relação ao conteúdo, ao passo que na Actual Editora este se apresenta como um aspeto central para a identidade desta editora (Monnet, 2010: 21). Estes fatores denunciam as diferenças entre o público-alvo da Almedina e o da Actual Editora: a primeira procura cativar a atenção dos docentes, investigadores e académicos em geral, com sede de um conhecimento mais sóbrio e detalhado; a Actual Editora tem na mira um quadro de consumidores que pretende adquirir o *know-how* de cariz mais prático da Economia e da Gestão: profissionais, empreendedores e estudantes.

³ Cf. “Minotauro”, <<http://www.grupoalmedina.net/?q=node/8>>, consultado a 11-05-2016.



Fig. 2 – Logótipos das três editoras do Grupo Almedina e da chancela Minotauro.

Ambas as editoras Edições 70 e Actual Editora estão sediadas em Lisboa, ao contrário das Edições Almedina, que até hoje mantêm a sua sede na cidade de Coimbra.

A transformação da Almedina num grupo teve várias consequências a nível organizacional: não só conduziu à necessidade de criação de um departamento comercial, como também permitiu a integração dos sistemas de informação, gestão e logística das três editoras (Portela, 2009: 18). Desta forma, a integração das três editoras num só grupo tem permitido o crescimento partilhado de todas, sem que, no processo, nenhuma tenha comprometido a sua identidade e a sua missão editorial.

1.5. Rumo ao Brasil e outras línguas portuguesas

Uma das maiores dificuldades das editoras portuguesas são as pequenas dimensões do mercado nacional. Um pequeno público limita a possibilidade por parte das editoras de correr riscos e de rentabilizar ao máximo os recursos de que dispõe, pois a publicação de largas tiragens dita que a probabilidade de atingir o *break even* será muito menor. Assim, o crescimento das editoras tem necessariamente de passar pela tentativa de aumentar a dimensão do mercado em que esta atua. As especificidades do produto editorial tornam o seu processo de exportação mais custoso do que a de outros produtos, já que para além de uma fronteira geográfica existe uma barreira linguística a transpor. Porém, como contraponto a esta desvantagem, deve ser reconhecida a extensão do universo de língua portuguesa, que vai muito além do solo português. Fazer parte da comunidade de falantes da quarta língua mais falada no mundo representa uma oportunidade evidente para as editoras portuguesas. Substituir as fronteiras geográficas pelas fronteiras da CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) representa o salto entre um mercado potencial de 15 476 000 falantes e um mercado de 261 561 000 falantes⁴, um valor cerca de dezassete vezes superior.

⁴ Valores indicados pelo Observatório de Língua Portuguesa a 7 de abril de 2016 (<<http://observalinguaportuguesa.org/graficos-o-estatuto-da-lp-no-mundo/>>, consultado a 11-05-2016).

O processo de internacionalização das editoras nacionais ainda se encontra numa fase primária, mas não existem dúvidas de que este se trata do caminho a percorrer para o aumento do seu público-alvo e para que estas possam sobreviver e competir dentro de um mercado internacional.

Também a Almedina tem vindo a dar os primeiros passos transfronteiriços desde 2005, ano em que é inaugurada a Almedina Brasil, uma sucursal que visa a representação do grupo em território brasileiro. À semelhança do que é feito em Portugal, publica particularmente nas áreas do Direito, Ciências Sociais e Humanas e Ciências Económicas. A Almedina Brasil não tem apenas como objetivo a exportação dos seus autores portugueses, mas também aceita para publicação originais de autores brasileiros.

O escritório da Almedina Brasil integra um departamento comercial e está sediado em São Paulo (Almeida, 2014: 21). A apreciação de originais brasileiros é realizada pela Dra. Sofia Barraca, do departamento editorial da sede Almedina em Coimbra, e discutida mensalmente com a Dra. Carolina Santiago, responsável pela Almedina Brasil, via Skype. A Almedina Brasil retém autonomia a nível da produção, marketing e comercialização (*idem*). Em 2014, a presença da Almedina no Brasil foi reforçada com a abertura da Livraria Camões, no Rio de Janeiro, a mais recente livraria do grupo.

Se o mercado português é diminuto, a dimensão do mercado brasileiro é avassaladora. Deste modo, a expansão da Almedina no Brasil apresenta grandes desafios que o colega Nuno Pinho identificou de forma pertinente: “como chegar a um público tão vasto e desenvolver os princípios e valores do Grupo à distância são as grandes questões que esta expansão coloca” (2011: 13). Contudo, até ao presente a incursão tem sido positiva, com um crescimento quase exponencial do número de originais recebidos de ano para ano.

A expansão do mercado tem também sido feita rumo a África desde 2012, ainda que em menor escala. Até à data ainda não existe uma sucursal especializada para o mercado africano de língua portuguesa. Tem vindo a ser construída uma rede de influência em Angola e Moçambique, que se materializa através de contratos de distribuição e protocolos de cooperação com universidades e escritórios jurídicos (particularmente em Angola) de modo a promover a publicação de títulos por autores que exerçam funções nestes organismos (*ibidem*: 22).

Esta breve análise histórica tentou ilustrar o modo como, nos seus 61 anos de existência, a Almedina cresceu, em várias frentes, muito para além dos seus modestos inícios. O Grupo Almedina faz-se hoje constituir pelas Edições Almedina, Edições 70, Actual Editora, a chancela

Minotauro, uma rede de onze livrarias, a Almedina Brasil e ainda a sua livraria virtual, Almedina.net.

Atualmente, a marca “Almedina” já conquistou um novo campo semântico que inclui termos como “conhecimento”, “Direito” e “prestígio”. Onde no início existiu uma pequena livraria à sombra de um reconhecido arco, ergue-se hoje um grupo editorial de relevância nacional e internacional, lado a lado com este marco, como parte inolvidável da história da cidade conimbricense mas, mais ainda, como uma identidade inigualada no setor editorial português. Se o Arco de Almedina foi um dia a porta para aquela que um dia viria a ser designada como a “cidade do conhecimento” em Portugal, também o Grupo Almedina é presentemente um veículo fundamental do conhecimento de língua portuguesa, sobretudo na área jurídica.

2. Gestão e política editorial

A Almedina é uma editora técnica, hoje líder de mercado no segmento jurídico em Portugal. Também atua noutros segmentos, tais como as Ciências Sociais e Humanas ainda com alguma área de alcance, e noutras áreas do conhecimento, em menor escala.

O seu público-alvo divide-se em duas categorias principais. Por um lado, um público académico, em que se incluem os docentes de Direito, estudantes de Direito e estudantes de áreas com contacto com o Direito; por outro, um público profissional, em que se incluem advogados, magistrados, solicitadores, juristas no geral e não juristas que contactem com o Direito.

O livro técnico, destinado a especialistas, requer que os editores sejam também eles especialistas da respetiva área científica.

A missão com que o Grupo Almedina se apresenta é “Construir um grupo editorial sólido, assente nos nossos valores promovendo o conhecimento” e os seus valores “confiança”, “melhoria contínua” e “ética”⁵.

2.1.1. Posicionamento: “Almedina” indissociável do Direito

Não há dúvidas de que o posicionamento estratégico da Almedina na área do Direito desde início terá representado a maior vantagem competitiva da empresa. Embora tenha sempre publicado paralelamente noutras áreas, a Almedina soube desde início qual era o seu nicho de atuação fundamental. Isto terá contribuído para a concentração dos seus recursos na conquista deste segmento, onde agora tem dominância indiscutível.

A natureza particular da atividade editorial em Direito caracteriza-se por uma qualidade de autorrenovação de conteúdos infinita. A “validade” de um livro jurídico é limitada, já que as leis estão sujeitas a constante alteração, revogação e proclamação, surge nova doutrina e ocorrem constantemente novas decisões a nível da jurisprudência. Deste modo, é habitual os livros de Direito terem de ser revistos através de sucessivas edições, o que obriga os compradores a adquirir o mesmo título repetidamente se quiserem ter em sua posse uma edição atualizada. No entanto, quando as alterações às obras não são significativas, estas são geralmente disponibilizadas *online* na Almedina.net. Contudo, em alguns casos extremos as

⁵ Cf. “Missão e Valores”, <<http://www.grupoalmedina.net/?q=node/3>>, consultado a 11-05-2016.

alterações legislativas são de tal ordem que as edições prévias se tornam inúteis, o que mobilizará ainda mais consumidores à compra da nova edição.

Esta mesma área jurídica, uma área dependente da dimensão textual onde se inscrevem as leis, é também uma área em que o livro físico é mais dificilmente dispensado. O cariz marcadamente teórico e a mancha gráfica densa desta tipologia textual, por seu turno, favorece o consumo do formato de papel.

Estas particularidades inerentes à publicação na área jurídica oferecem um quadro mais promissor do que outros segmentos do mercado editorial. No entanto, face ao desaparecimento ou circunstâncias precárias de outras casas editoras que têm vindo a funcionar no mesmo segmento, põe-se a questão de qual o elemento diferenciador entre a Almedina e estas.

É importante lembrar que as boas relações mantidas entre a Almedina e os seus autores têm permitido cativar e manter os grandes nomes do Direito nacional dentro de portas, o que terá sido um fator positivo. Por outro lado, o crescimento ponderado e estratégia de expansão inteligente que tem vindo a ser implementada pela Almedina nas últimas duas décadas terá sido crucial para “equilibrar o barco”, neste período de conturbadas novas correntes no setor editorial.

2.1.2. Linhas editoriais

A Almedina possui cerca de uma centena de coleções, não contando com as várias revistas. Há ainda uma profusa publicação de obras “fora de coleção”. Os critérios para a constituição de uma coleção são vários: a área temática, o organismo responsável, o formato de publicação, etc.

Dentro da área jurídica, o tipo de publicações é sistematizado de uma forma mais detalhada do que nas restantes áreas. Deste modo, os títulos de Direito dividem-se consoante o público, o tipo de publicação e o ramo do Direito.

As principais coleções jurídicas são as seguintes: Manuais Universitários; Manuais Profissionais; Monografias; Teses de Doutoramento; Obras Coletivas; Códigos Anotados; Legislação Anotada; Textos da Lei (profissionais e universitários); Códigos de Bolso; Coletâneas de Legislação; Guias Práticos; Formulários; Casos Práticos; Ideias Jurídicas; Lei e Processo.

Cada uma destas coleções tem um aspeto gráfico específico, de modo a ser facilmente reconhecível. Esse aspeto é sempre pensado mediante a utilização que virá a ser dada ao livro. Por exemplo, um título da coleção “Lei e Processo” destina-se preferencialmente a um

profissional forense que provavelmente irá necessitar de se deslocar com frequência a tribunal. Assim, os livros desta coleção são mais leves do que o habitual e possuem uma margem larga que permite eventuais anotações.

2.1.3. Edição digital

Ao longo do tempo, a Almedina veio também a adaptar-se aos novos contextos das tecnologias de informação. A era das sebatas foi já há muito ultrapassada e desde o início do século que a Almedina tem vindo a publicar títulos nos formatos PDF e EPUB. Atualmente, os livros publicados pela Almedina podem também ser adquiridos em formato digital.

Porém, o serviço digital mais interessante da Almedina será talvez a BDJUR – Base de Dados Jurídica. Trata-se de uma base de dados que pode ser consultada através de uma subscrição paga e que se destina aos profissionais da área do Direito. Esta plataforma permite a fácil consulta e navegação de legislação e conteúdos jurídicos organizados por uma equipa de juristas integrados na Almedina.

Entre os documentos incluídos nesta plataforma estão a legislação do Diário da República, os vários códigos, coletâneas legais, etc. A grande vantagem deste serviço é que permite uma atualização permanente, contrariamente às edições de papel, em permanente desatualização.

A substituição da compra dos livros de papel pelos serviços digitais, porém, não parece representar um problema. Dentro da área do Direito, é ainda preferida a compra dos conteúdos impressos pela generalidade do público pela maior facilidade de manuseamento. Porém, este serviço oferece algumas vantagens que complementam o formato impresso, já que permite uma consulta mais completa e sistemática.

2.1.4. ALMEDINAmais

Há ainda um terceiro “formato” de conhecimento incluído nos serviços prestados pela Almedina: o ALMEDINAmais. Trata-se do serviço de formação presencial oferecido pela Almedina, sob a divisa “Poder da Formação Inteligente”.

As sessões de formação profissional especializam-se na área jurídica e são organizadas pela Almedina em parceria com a conSenso – Valorização do Capital Humano, uma consultoria de gestão. Os formadores são especialistas reconhecidos dentro da área académica e

profissional jurídica e autores da Almedina. Assim, esta é também uma iniciativa que tem como objetivo a aproximação dos autores aos leitores, ao criar um espaço de debate e transmissão de conhecimento sem agentes mediadores.

2.2.1. Estrutura de Gestão

No início do meu período de estágio, a estrutura organizacional da empresa era a seguinte⁶:

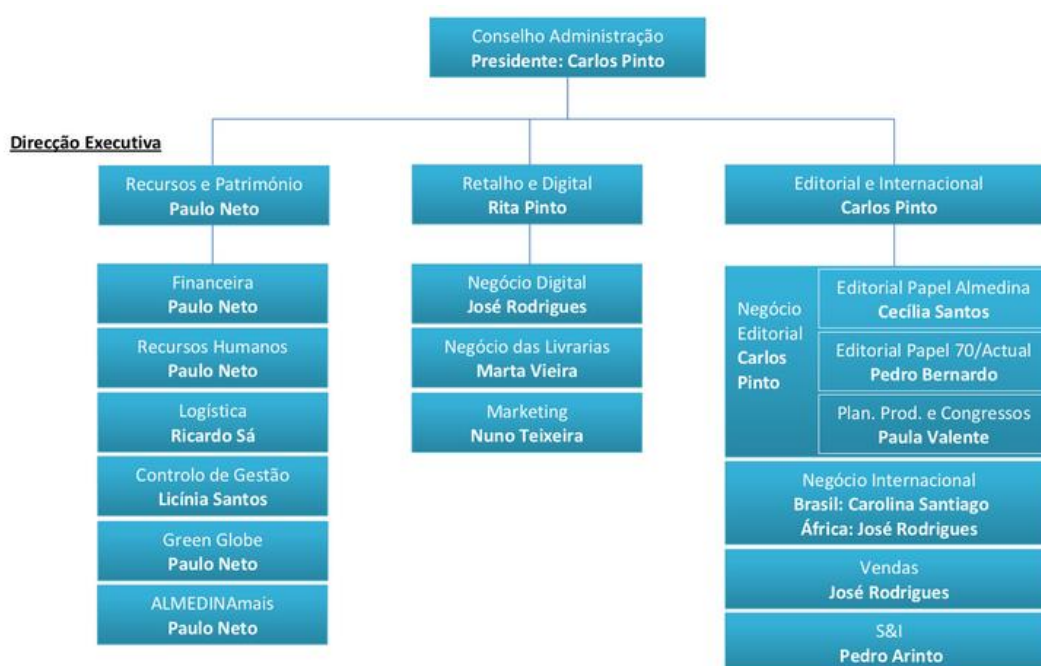


Fig. 3 – Organograma que representa a estrutura de gestão da Almedina (disponível em: <http://www.grupoalmedina.net/?q=node/18>, consultado a 16-03-2016).

A partir da consulta deste organograma, pode ser notada a completa separação entre o negócio retalhista e o negócio livreiro. É também relevante observar como a gestão da empresa é realizada a nível global, através dos vários departamentos inseridos nos “Recursos e Patrimónios”.

⁶ Não é apresentado o organograma atual uma vez que a empresa se encontra atualmente num período de reestruturações internas acentuadas que ainda não se encontram consolidadas. Contudo, mais adiante será discutida a única consequência da reestruturação que teve implicações práticas para as tarefas que me foram atribuídas no decorrer do estágio (cf. pág. 46).

Pode-se ainda atentar ao aproveitamento de sinergias entre as três editoras do grupo, já que apenas o Departamento “Editorial Papel” existe em duplicado, para a Almedina e para as Edições 70/Actual Editora.

Considerando que cada um dos departamentos conta com o trabalho de várias pessoas, pode-se concluir que a Almedina resulta de um enorme esforço coletivo. Com o crescimento da empresa, a tendência organizacional é a progressiva especialização de cada um dos serviços nela integrados.

2.2.2. Departamento Editorial

O meu estágio foi efetuado exclusivamente no Departamento Editorial. Este departamento conta com o trabalho de três editoras: a Dra. Cecília Santos, que no início do meu período de estágio ocupava a função de gestora editorial, a Dra. Sofia Barraca, que tem a seu cargo a análise dos originais provenientes da Almedina Brasil, e a Dra. Paula Mendes, que acumula responsabilidade pelo *ALMEDINA* mais.

As funções principais das editoras são a análise de originais e o preenchimento de uma ficha de apreciação, e a sua subsequente apresentação nas reuniões de preparação e decisão editorial.

As três editoras são formadas em Direito, condição fundamental para a apreciação de obras jurídicas. No início do meu estágio, os originais não jurídicos a publicar pela Almedina eram também analisados neste Departamento Editorial, situação que se viria a alterar a partir de fevereiro de 2016.

Quando a obra não se encaixa de forma evidente no catálogo da editora, como é o caso de obras de cariz não técnico, estas não são sujeitas a apreciação. No entanto, todas as obras técnicas são normalmente analisadas e discutidas em reunião, mesmo que se desviem ligeiramente do escopo da Almedina. Este é um método justo, uma vez que as obras têm a oportunidade de revelar o seu potencial científico e comercial antes de serem definitivamente excluídas.

Outra tarefa exigente a cargo das editoras é a construção dos códigos não anotados e das agendas jurídicas, trabalho que passa pela organização dos conteúdos e paginação preliminar destas obras.

Está ainda ao cargo do departamento editorial o pedido de capas para as obras “fora de coleção”. Estas capas são realizadas pela FBA – Ferrand, Bicker & Associados⁷, uma empresa profissional de design gráfico.

2.2.3. Outros departamentos

Embora a minha atividade de estagiária tenha sido unicamente centrada no Departamento Editorial, é relevante notar as funções de outros departamentos envolvidos na publicação das obras para poder construir uma visão de conjunto do processo. Passo então a uma enumeração breve das atividades realizadas por estes departamentos:

O Departamento de Planeamento e Produção tem a seu cargo assegurar as tarefas necessárias para a produção das obras e para o planeamento das publicações. As funções integradas neste departamento relativas à produção incluem a paginação das obras e a elaboração das capas que fazem parte das coleções, pedidos de ISBN, contacto com colaboradores externos (revisores e paginadores) e negociação com as gráficas que trabalham com a editora (Papelmunde, Pentaedro, Norprint e DPS). Relativamente ao planeamento, este departamento elabora fichas de custos para cada obra com vista à sua publicação e mantém um mapa de produção, articulando as obras aceites para publicação de acordo com o tempo, recursos e orçamento disponível.

O Departamento de Marketing tem como objetivo a criação do máximo valor para as obras possível sobre a ótica do comprador. Deste modo, tem a seu cargo a elaboração de planos de marketing e a promoção e divulgação dos novos títulos. Esta tarefa implica a interação com os consumidores através das redes sociais e da *newsletter*, a organização de iniciativas promocionais através do Almedina.net e a organização de eventos de lançamento.

O Departamento de Vendas delibera a respeito do valor das tiragens e da distribuição dos novos títulos pelos pontos de venda disponíveis. Esta tarefa é articulada com o Departamento de Marketing, já que este departamento deve ter grande proximidade com o público. O Departamento de Vendas tem ainda preocupações a nível da logística e da rede de livrarias da Almedina.

⁷ A FBA – Ferrand, Bicker & Associados é uma empresa de design gráfico sediada em Coimbra e fundada em 1998. As suas conceções gráficas têm conquistado diversos prémios, entre os quais o AIGA 50 Books / 50 Covers que premiou, em 2009, as capas da chancela “Minotauro” e, em 2011, as capas da coleção “Temas de Psicanálise” da Almedina (cf. <<http://www.fba.pt/about>>; <<http://www.minotauro.com.pt/?cat=9>>; <<https://www.ipn.pt/si/event/dataNews.do;jsessionid=3894BEC985E700212C97F19EE6E0C387?elementId=971&s=1>>; consultados a 29-06-2016).

Presentemente, devido às dimensões atuais da Almedina, os departamentos nela existentes encontram-se altamente especializados. Assim, é fundamental manter uma boa articulação entre os serviços integrados em cada um deles.

2.3. Ciclo Editorial

O ciclo editorial inicia-se com a receção do original. Na maior parte dos casos, este resulta de uma submissão espontânea pelo autor, mas há também a possibilidade de ser a própria editora a contactar um especialista, já seu autor ou não, para propor a elaboração de uma obra quando é notada uma falha na oferta num segmento muito específico. É também frequente que determinadas entidades proponham à Almedina a criação de uma coleção para a publicação do trabalho que produzem.

A deliberação acerca da publicação ou não de uma obra demora cerca de quatro semanas. Seja qual for o método através do qual o original chegue à Almedina, este deve sempre ser sujeito a apreciação por parte do Departamento Editorial. Esta análise resulta, como vimos, no preenchimento de uma ficha de apreciação, que depois é submetida numa plataforma interna, o SEAE, para que os outros departamentos tenham acesso.

O passo seguinte é a reunião de preparação, realizada semanalmente, em que participam as editoras, a responsável do Departamento de Planeamento e Produção, o responsável do Departamento de Vendas e a responsável pelo Departamento de Marketing. Nesta reunião, são apresentadas todas as obras apreciadas e são tomadas algumas decisões iniciais acerca da publicação ou não, e se sim, qual a tiragem, os direitos de autor e o número de livros que será atribuído a cada ponto de venda.

A partir das conclusões da reunião de preparação editorial, cabe ao Departamento de Marketing elaborar o plano de marketing, o que geralmente demora cerca de duas semanas. Também durante este período, o Departamento de Planeamento e Produção elabora uma ficha de custos a partir da qual se obtém o valor do PVP. A proposta de publicação que virá a ser apresentada em reunião integra as considerações quer do plano de marketing, quer os dados que constam da ficha de custos.

Por fim, o ciclo de pré-produção termina com a reunião de decisão editorial, em que para além dos intervenientes na reunião de preparação, participam também o diretor executivo e o diretor financeiro. Nesta reunião, são apresentadas as conclusões de cada departamento de modo a confirmar quais as obras que vão de facto ser aceites e rejeitadas, já não apenas com base na análise editorial, mas também com as conclusões do Departamento de Marketing e do

Departamento de Planeamento e Produção. São também assentes as condições em que a publicação será proposta ao autor.

Se houver uma decisão positiva, o autor é informado da decisão de publicação. Habitualmente, o Departamento Editorial deixa de ter contacto direto com a obra a partir deste momento, a não ser que seja necessário contactar com o autor acerca de alterações que sejam necessárias, ainda antes da entrega do original para paginação. Nesta fase, o Departamento de Planeamento e Produção fica responsável pela obra, assegurando que esta está pronta para publicação em todas as frentes: o ISBN deve ser requerido à APEL (Associação Portuguesa de Editores e Livreiros), o original deve ser paginado, a capa deve ser elaborada de acordo com a coleção a que a obra pertence e o documento deve ser enviado para a gráfica.

A seguir à paginação da obra, são enviadas ao autor as provas para que este possa rever o livro tal como ele vai surgir impresso e distribuído. As provas de revisão poderão ser enviadas ao autor em PDF ou em papel, dependendo dos casos.

Após a aprovação do autor, procede-se à impressão e acabamento da tiragem. Através de meio de distribuição próprio, os livros são distribuídos pelos vários pontos de venda habituais, que incluem não só as livrarias Almedina e a loja virtual Almedina.net, mas também as grandes redes livreiras Fnac e Bertrand e livrarias universitárias.

A partir da publicação, cabe ao Departamento de Marketing implementar medidas de divulgação e promoção da nova obra junto do grande público. Um exemplo deste tipo de atividade são as medidas promocionais que surgem com frequência na página Almedina.net⁸.

⁸ A título de exemplo, no momento de redação deste relatório está a decorrer a ação promocional “Mês do Advogado”, a decorrer até 31 de maio (<<http://www.almedina.net/catalog/campanha.php?iC=50>>, consultado a 15-05-2016).

3. O estágio: os seis meses em que fui parte da Almedina

Exerci funções de estagiária do Departamento Editorial da sede da Almedina na Rua Fernandes Tomás, em Coimbra, entre 1 de outubro de 2015 e 31 de março de 2016. Sob a orientação da Dra. Cecília Santos, pude tomar contacto com as práticas editoriais da Almedina, e realizar inúmeras atividades integradas no funcionamento da editora.

A evolução da minha posição enquanto estagiária partiu, de início, de uma posição que poderá ser descrita como mais “observacional”, tendo progressivamente evoluído para me serem entregues cada vez mais tarefas de maior responsabilidade e mais centrais para o normal funcionamento do departamento.

Olhando em retrospectiva, dividiria o meu período de estágio em três períodos fundamentais. O primeiro período denominarei de “período introdutório”. Durante este espaço de tempo, familiarizei-me com o catálogo da Almedina, com as especificidades e alguma terminologia do mercado editorial de Direito, com os catálogos e novidades das editoras concorrentes. O segundo bimestre designarei de “período intermédio”. Durante este intervalo de tempo procedi à apreciação sistemática de originais não jurídicos. Por fim, referir-me-ei aos últimos dois meses como “período final”. Durante esta fase final, fui responsável pela centralização e preenchimento de documentos relativos às apreciações de obras, assim como pelo contacto dos autores para a obtenção de dados relevantes.

Deste modo, parece-me pertinente discutir cada uma destas fases cronologicamente. Ao longo do período de estágio fui ainda realizando outras tarefas transversais, não diretamente integradas na lógica de cada uma das fases que identifiquei, pelo que estas serão discutidas numa outra secção.

3.1. Período introdutório: singularidades de uma editora jurídica

Chegar à Almedina com um percurso académico construído integralmente fora da área jurídica oferece alguns desafios. A minha introdução ao universo da Almedina implicou o trabalho moroso, mas indispensável a longo prazo, de familiarização com a temática e alguma terminologia jurídica. Foi também necessário compreender quais as especificidades da edição jurídica.

Para isto, a Dra. Cecília Santos recomendou-me a consulta e análise de várias plataformas. Primeiramente, foi-me dado um documento elaborado pela Dra. Sofia Barraca com vista à formação dos livreiros que exercem funções nos vários estabelecimentos comerciais

de selo Almedina. Este subdividia-se em três secções fundamentais: a primeira apresentava informações técnicas a respeito do livro enquanto produção editorial; a segunda oferecia uma noção de Direito e aprofundava quais os diferentes ramos jurídicos; a terceira descrevia quais as particularidades do mercado editorial jurídico, incluindo a discriminação das diferentes coleções jurídicas produzidas pela Almedina.

A componente curricular do Mestrado em Estudos Editoriais já me tinha facultado os conhecimentos relativos à primeira secção. Porém, as restantes duas secções foram ferramentas vitais para uma compreensão básica da atividade editorial jurídica.

De forma análoga, foi-me sugerida a análise detalhada do catálogo das coleções da Almedina e ainda do das outras editoras do grupo, a Actual Editora e a Edições 70. Embora não fosse ter contacto direto com o trabalho destas editoras, esta atividade revelou-se importante para o discernimento de qual o catálogo mais adequado ao “encaixe” de determinadas obras.

Através da consulta do catálogo Almedina pude familiarizar-me com as suas linhas editoriais. A análise de cada coleção passou por tentar perceber qual fora o critério de inclusão de obras. Rapidamente pude concluir a existência de um número muito mais alargado de coleções dentro da área jurídica, com critérios mais variados e específicos que para as restantes áreas temáticas. Tornou-se também mais evidente qual o escopo das áreas científicas publicadas pela Almedina, embora dentro das obras “fora de coleção” houvesse espaço para títulos não facilmente enquadráveis em nenhuma das coleções. Para além disto, é observável, através das diferentes coleções, o elevado número de protocolos e parcerias estabelecidos entre a Almedina e entidades produtoras de conhecimento, tais como universidades ou escritórios de advogados, visto que muitas das coleções se destinam à publicação da produção intelectual dos seus integrantes.

Após o reconhecimento inicial das obras da Almedina, foi-me pedido que atentasse nas novidades editoriais da concorrência e que elaborasse um resumo semanal com a listagem dessas novidades. Mais tarde, viria a compilar dois resumos por semana, o primeiro compreendendo a generalidade das novidades e o segundo exclusivo para as novidades de Direito. Para este trabalho, consultei os catálogos *online* e subscrevi à *newsletter* de várias editoras técnicas e não técnicas, tendo como critério se publicavam ou não dentro da área jurídica, das ciências sociais e humanas e das ciências económicas, e ainda os catálogos e *newsletters* das grandes redes livreiras. Viria a compilar as novidades da concorrência até ao final do meu período de estágio, o que resultou num total de 23 resumos semanais gerais e 21 resumos semanais de Direito (para exemplos, *vide* Anexo I e II).

Embora por vezes descurado, este é um trabalho fundamental para qualquer editora, já que será um instrumento essencial no conhecimento do segmento em que esta se integra.

Permitirá não só averiguar em que áreas específicas há mais oferta (e, por exclusão, em quais poderá haver uma falha), mas também quais das editoras têm um maior volume de publicações.

Foi no decorrer desta atividade que me apercebi inteiramente da dominância inquestionável do mercado jurídico pela Almedina. Na maior parte das semanas, as novidades jurídicas da concorrência, conjuntamente, não ultrapassavam a quantidade de cinco, sendo este um valor amiúde inferior ao das publicações semanais da Almedina.

Apesar destas tarefas preliminares simples terem requerido um investimento de tempo inicial, elas vieram a provar-se frutíferas a longo prazo, já que me libertaram de dúvidas desnecessárias e me deram o substrato necessário para a concretização autónoma do meu trabalho futuro no decorrer do estágio.

3.2. Período intermédio: apreciação de originais

Num segundo momento do meu estágio viria senti-me verdadeiramente integrada no trabalho editorial. A apreciação de originais é a função clássica atribuída aos editores no imaginário comum e o contacto direto com o texto do original sempre fora, para mim, o foco de maior interesse na atividade editorial e, por conseguinte, esta foi a atividade que considerei mais estimulante durante o meu período de estágio.

Ainda antes de estar familiarizada com o procedimento de apreciação das obras, comecei por contactar com os originais através de tarefas simples de organização e normalização dos mesmos: junção de textos num documento único quando estes eram enviados em múltiplos documentos, ordenação de artigos de diferentes autores e dos respetivos resumos, reorganização de obras coletivas aquando da chegada de novos artigos e diretrizes do seu coordenador, etc. Estas tarefas viriam a ser frequentes ao longo do meu estágio. Embora de concretização simples, estes procedimentos representam uma quota de tempo considerável do dia-a-dia de grande parte dos editores.

O trabalho mais estimulante surge após a normalização do original, em que o contacto com o texto é já realizado de forma mais direta. Como já foi mencionado, o processo de análise de um original na Almedina requer o preenchimento de uma ficha de apreciação (*vide* Anexo 3). Esta ficha recolhe um conjunto de dados variados a respeito da obra e do autor, nomeadamente:

A primeira secção inclui os dados gerais de identificação da obra e a informação de se esta se encontra disponível *online*⁹. De seguida, deve ser incluída uma curta nota biográfica e indicadas outras obras já publicadas pelo autor. Uma vez que a Almedina se identifica com o selo “de especialistas para especialistas”, conhecer o perfil de um potencial autor é um elemento fundamental na avaliação de uma obra. Esta avaliação de perfil passa por conhecer o seu perfil académico e profissional, por saber se este é uma figura de relevo no seu domínio de atuação, se as suas obras anteriores terão vendido consideravelmente e a forma como este se relaciona com o público-leitor.

As secções seguintes prendem-se já de forma mais direta com a obra em análise. Primeiramente, devem ser recolhidos outros dados objetivos, tais como a identificação da área temática (“Categoria/Ramo”) da obra, assim como a coleção onde esta pertenceria em caso de publicação. Deve também ser feito o cálculo de uma estimativa do número de páginas, já que se a contagem for muito elevada (sensivelmente acima das 500) ou diminuta (abaixo de 100), a publicação poderá ser inviabilizada. Como os originais com que as editoras trabalham são geralmente enviados em formato DOC, a contagem do número de páginas provisório faz-se com base no número de caracteres que geralmente ocupam uma página de um livro da Almedina. Deste modo, a fórmula para calcular o número de páginas é a seguinte:

$$\frac{n^{\circ} \text{ caracteres (incluindo espaços)}}{2400 \text{ caracteres}^{10}}$$

Ainda dentro dos dados objetivos da obra, a editora responsável pela apreciação deve mencionar a presença de figuras, gráficos, esquemas ou tabelas incluídas na obra ou em anexo, referindo se estas são a cores ou a preto e branco. A presença de muitos elementos paratextuais não só torna a estimativa do número de páginas pouco confiável, como também poderá elevar os custos de impressão da obra.

De seguida, entramos no cerne de uma apreciação ao finalmente contactarmos com o conteúdo da obra. É relevante notar que a análise de originais não implica a sua leitura integral, já que isso iria consumir tempo excessivo. Porém, é necessária uma análise global e atenta, de

⁹ Este parâmetro de preenchimento foi integrado na ficha de apreciação apenas recentemente à luz de, atualmente, as universidades favorecem uma política de livre acesso no que diz respeito às dissertações de mestrado e teses de doutoramento. No caso de o autor procurar a publicação do seu trabalho, esta posição das universidades poderá entrar em conflito com os interesses económicos da editora. Posto isto, torna-se relevante considerar a presença *online* gratuita da obra previamente a uma decisão de publicação. Este problema será retomado adiante, a respeito de um trabalho de consulta de repositórios institucionais.

¹⁰ Existe uma exceção a este valor: devido ao diferente formato da Coleção SPEED, esta possui um valor médio de 1400 caracteres por página.

modo a poder apreender quais os pontos fulcrais do texto e o seu interesse científico. Esta análise deverá ser suficientemente rigorosa de modo a permitir a elaboração de uma sinopse (“Sobre a obra”) e de uma análise FAB (*Features, Advantages, Benefits*).

A análise FAB é uma ferramenta de marketing que permite avaliar o valor de um determinado produto para um cliente de acordo com três critérios: as “características” [*features*], as “vantagens” [*advantages*] e os “benefícios” [*benefits*].

A sinopse deve descrever o conteúdo da obra de forma completa e clara. Assim, esta não é redigida sob o ângulo do marketing, que teria em vista apelar ao consumidor final. Pelo contrário, o objetivo desta sinopse é transmitir informações claras do tipo de obra que se trata e quais os assuntos que aborda, da forma mais objetiva possível. No fim de contas, a função desta sinopse será transmitir de forma clara o conteúdo da obra aos restantes intervenientes no seu ciclo editorial sem que estes precisem de ter contacto com a mesma.

Segundo a sugestão da Dra. Cecília Santos o último parágrafo desta secção pode ser reservado para um comentário mais subjetivo acerca do valor (ou ausência dele) da obra, assim como para indicações sobre problemas textuais tais como uma má redação ou organização das ideias, ambos sempre suportados por exemplos concretos. Desta forma, torna-se mais fácil identificar os problemas impeditivos de publicação em contexto de reunião.

Relativamente à análise FAB, as características devem descrever uma obra da forma mais sintética e clara possível, indicando o tópico específico que é abordado, de preferência numa só frase ou num parágrafo curto. As vantagens e os benefícios poderão levantar mais dúvidas, sendo que se referem respetivamente aos aspetos positivos intrínsecos e extrínsecos. Deste modo, as vantagens referem-se à qualidade do conteúdo de uma obra e o seu elemento diferenciador em relação a outras obras. Os benefícios referem-se ao efeito positivo que esta poderá ter nos seus leitores e no contexto em que venha a circular e qual poderá vir a ser a sua utilização.

A ficha de apreciação requer ainda a identificação do público-alvo e o levantamento das obras concorrentes, publicadas pela Almedina e por outras editoras, assim como das obras relacionáveis dentro do catálogo da Almedina, para que estas possam ser utilizadas em potenciais eventos de promoção.

Embora haja uma ficha de apreciação pré-definida, cada uma das editoras aborda o seu preenchimento de forma ligeiramente diferente, de acordo com o seu próprio entendimento para a sua apresentação em reunião, já que a apreciação de carácter mais subjetivo do valor da obra carece de um campo específico¹¹. É frequente ser discutida a adequação desta ficha à

¹¹ Segundo o que me foi transmitido pela Dra. Cecília Santos, após a conclusão do meu período de estágio, presentemente a ficha de apreciação já contempla um campo específico para este fim, uma vez

avaliação editorial, uma vez que a análise FAB privilegia considerações de *marketeer* ao invés de editoriais. A ausência de um campo específico para a indicação de aspetos negativos que tornam uma obra impublicável contrasta fortemente com a presença de um campo de preenchimento para as “vantagens”, que em certos casos poderão ser inexistentes. As falhas desta ficha são uma das razões para a necessidade da presença das três editoras em reunião, já que ao omitir um campo para as desvantagens, só as editoras que tiverem tido contacto direto com o original poderão identificar a causa para a exclusão imediata de uma obra. Mesmo podendo as três expressar as suas opiniões não favoráveis em reunião, o não registo específico dos problemas que podem vir a impedir a publicação implica uma maior margem para falhas na sua apresentação. Para além do mais, quem consultar a ficha de apreciação através do SEAE sem ter estado presente na reunião ou quem quiser averiguar as razões de exclusão da obra num momento posterior não poderá ter uma visão completa dos fatores que pesaram nesta decisão.

Este problema também advém da inadequação da análise FAB ao produto-livro: enquanto outros produtos são feitos à medida de um consumidor, satisfazendo uma necessidade que este tenha de modo linear, o livro não é feito “por medida”. O texto científico requer uma avaliação que vai para além do “útil” ou “não útil”, existindo uma miríade de questões a levantar. Considerações acerca do seu carácter inovador, contribuição científica, rigor e clareza do discurso são exclusivas deste produto e, como tal, o método para a sua apreciação deve ser adaptado a estas especificidades.

Há ainda um outro documento de auxílio à apreciação de obras, a ficha de proposta de edição (*vide* Anexo IV). Trata-se de um documento enviado aos autores aquando da receção dos originais, para a solicitação de informação relevante acerca do autor e da obra. Ambas as fichas apresentam secções similares visto que a ficha de proposta de edição tem como propósito prestar apoio ao preenchimento da ficha de apreciação.

Nos primeiros momentos em que tomei contacto com a ficha de apreciação, não me foi pedido o seu preenchimento total. Inicialmente, foi-me apenas pedido o preenchimento de alguns dados objetivos, tais como a identificação da obra, biografia do autor e a sua bibliografia, e a contagem do número de páginas. Posteriormente, viria a fazer o preenchimento de todos os campos menos da sinopse, análise FAB e público-alvo (e por vezes obras relacionadas). Esta foi uma tarefa que mantive até ao fim do estágio sempre que as obras eram de Direito, já que não

que foram sentidas as mesmas dificuldades que aqui são apontadas relativamente à identificação dos pontos negativos das obras.

posso o conhecimento científico relevante para poder fazer o preenchimento dos campos mencionados. Até fevereiro¹², preenchi parcialmente a ficha de apreciação de 28 obras.

Lista de obras cujas fichas preenchi parcialmente (até fevereiro):

- *A Identificação Criminal do Arguido*
- *A Norma do Caso como Norma no Caso*
- *A Prova de Estados Subjetivos no Processo Civil*
- *A Regulação dos Contratos Públicos*
- *Abuse under the Merger Directive*
- *As Licenças Compulsórias de Direitos de Propriedade Industrial*
- *Comentário ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos*
- *Congresso de Direito da Família e das Crianças*
- *Constituição e Cidadania*
- *Democracia Militante na Atualidade*
- *Direitos de Personalidade e Direitos Fundamentais*
- *Ecos de Berenice*
- *Entrada de Ativos e Permuta de Partes Sociais no Regime da Neutralidade Fiscal*
- *Estudos em Homenagem a Pamplona Côrte-Real*
- *I Conferência Luso-Espanhola de Direito do Trabalho*
- *II Congresso de Direito Bancário*
- *Liber Amicorum Fausto Quadros*
- *Livro de Homenagem a Augusto de Athayde*
- *Lógica da Ação Coletiva do Mancur Olson*
- *Manual de Compliance*
- *O Contrato de Viagem Organizada*
- *O Direito, a Justiça e a Polícia (XIX-XX) pelo olhar da biografia*
- *O Governo da Justiça*
- *O Livro dos Amigos de Luís Lingnau da Silveira*
- *O Poder de Resolução de Litígios*
- *Os Contornos do Eurocentrismo*
- *Propriedade e Personalidade no Direito Civil Português*
- *Revista de Direito da Insolvência*

Relativamente a apreciações completas, de início fiquei responsável pela apreciação das obras provenientes do CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra). A

¹² Adiante será justificada a separação das obras parcialmente preenchidas antes e depois de fevereiro (cf. pág. 46).

“Coleção CES” parte de uma parceria entre o CES e a Almedina de modo a assegurar a publicação da produção científica desenvolvida no CES, com o objetivo de “espelhar a interdisciplinaridade que marca a investigação que [aí] é realizada, bem como uma diversidade de temáticas centradas nas ciências sociais e humanas”¹³. Esta coleção integra dez categorias: Cidades e Arquitetura, Conhecimento e Instituições, Cosmópolis, Democracia e Participação, Direito e Sociedade, Identidades e Interculturalidades, Literatura e Arte, Políticas Sociais, Risco e Regulação, e Trabalho e Sociedade.

Após ter apreciado duas obras do CES, passei a ter a meu cargo as apreciações de obras de cariz não jurídico. Apreciei 17 originais das seguintes áreas/categorias: Autobiografia, Ciências da Comunicação, Ciências da Saúde, Ciências Políticas, Estudos Literários, Estudos Portugueses, Gestão, História, Psicologia, Sociologia.

Lista de obras que apreciei na totalidade:

- *A Lira Clássica do Trovador Romântico*
- *A Ortografia da Língua Portuguesa*
- *A Vivência Académica em Coimbra*
- *Corpos na Trouxa*
- *Da ‘Portugalidade’ à Lusofonia*
- *Fim de vida em cuidados intensivos*
- *Goa Setecentista*
- *Impacto da Combinação de Fatores de Risco no Desenvolvimento da Criança*
- *Memórias na Primeira Pessoa*
- *Modelos de Negócio e Comunicação Social*
- *Ordálias da Interpretação*
- *Para uma Literatura da Identidade Macaense*
- *Portugal e a Crise Global*
- *Pós-Guerra?*
- *Práticas de Intervenção Precoce*
- *Sobre a homossexualidade, a identidade de género, e as mulheres*
- *Violências e armas de fogo em Portugal*

De todas obras que apreciei, apenas quatro foram aprovadas para publicação. Não cabe ao Departamento Editorial comunicar a decisão de publicação aos autores, mas soube que a recusa de uma das obras que apreciei deu origem ao *e-mail* enfuriado de um autor. Este caso não

¹³ Na página da “Coleção CES”: <http://www.almedina.net/catalog/colecoes.php?colecoes_id=173>, consultada a 13/05/2016.

me pesou na consciência, visto que a decisão de não publicação para aquela obra em particular era fundamentada.

Embora na maior parte das vezes a publicação seja claramente inviável pela falta de qualidade da obra, também me passaram pelas mãos textos com elevado mérito científico que, no entanto, não puderam ser aprovadas devido ao seu fraco potencial de vendabilidade. Estes casos assumem-se como mais difíceis de gerir, mas a função do editor não é outra se não a do barqueiro que circula entre os dois mundos, o do conhecimento científico e o da comercialização. Dar maior importância a um ou a outro terá como efeito matar o meio ou o propósito. É assim na negociação destas duas forças que podemos encontrar e manter o nosso lugar para a difusão do conhecimento.

3.3. Período final: centralização de documentos de apreciação

Sensivelmente a partir de fevereiro, o modo de funcionamento da Almedina veio a sofrer reformulações profundas, uma das quais veio a afetar diretamente a função que até ali tinha ocupado no Departamento Editorial. Sendo que a área de formação das três editoras do Departamento Editorial da Almedina é em Direito, os originais não jurídicos passaram a ser reencaminhados para o novo Departamento de Edições Gerais, integrado nas Edições 70 e Actual Editora. Isto não implicava que a sua publicação passasse a ser feita com o selo de uma destas editoras, mas antes que a análise dos originais passasse a ser feita por editores com maior especialização nas respetivas matérias.

Como até então me tinha ocupado da apreciação das obras não jurídicas, houve a necessidade de reformular o modo de funcionamento do departamento para que eu pudesse a continuar a contribuir para o seu funcionamento. Assim, a Dra. Cecília Santos e a Dra. Paula Mendes convidaram-me a desempenhar uma função de maior responsabilidade. A proposta foi que eu passasse a fazer a centralização das obras e a gestão da respetiva documentação para agilizar o processo de apreciação.

Assim, todos os originais que chegavam à Almedina eram reencaminhados para mim, assim como os *e-mails* com questões a respeito da submissão de originais. Deste modo, fiquei responsável por contactar com os autores, quer para o esclarecimento das suas dúvidas, quer para o pedido de originais, de fichas de proposta de edição e outras informações relevantes. Quando os autores submetiam obras não jurídicas, reencaminhava-os para o Departamento de Edições Gerais.



Fig. 4 – Exemplo de e-mail enviado a uma autora com a solicitação do original e respetiva ficha de proposta de edição.

Para além de receber os originais e as propostas de edição, continuei a fazer o preenchimento parcial das fichas de apreciação, agora para todas as obras que chegavam. Depois de ter preenchido tudo o que me era possível, procedia ao *upload* do original, ficha de apreciação, proposta de edição e *e-mails* trocados com o autor para uma pasta partilhada pelo Departamento Editorial na plataforma Dropbox.

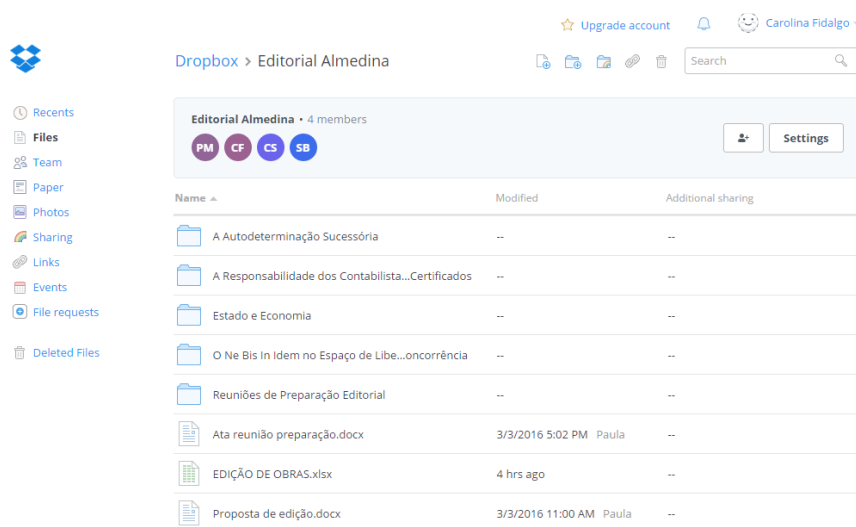


Fig. 5 – Pasta do Departamento Editorial partilhada na Dropbox.

O último passo era o registo da obra no mapa de edições, um documento Excel partilhado, onde devem ser assinalados dados como a data de chegada da obra, a editora

responsável pela apreciação, se o original já se encontra apreciado e qual a decisão final relativamente à sua publicação.

Lista de obras com que lidei durante o período de centralização¹⁴:

- *A Autodeterminação Sucessória*
- *A Centralidade da Citação em Processo Civil*
- *A Escolha do Direito Aplicável ao Mérito do Litígio na Arbitragem Comercial Internacional*
- *A Garantia do Direito à Segurança Social numa Sociedade de Risco*
- *A Governação de Bancos nos Sistemas Jurídicos Lusófonos*
- *A Responsabilidade dos Contabilistas Certificados no Exercício da sua Atividade Profissional*
- *Comentários à Revisão do Código do Procedimento Administrativo*
- *As Conferências do CEJ 2014 – 2015*
- *Direito das Sucessões – Do Direito à Prática*
- *Direito do Procedimento Administrativo*
- *E Depois do Código das Sociedades Comerciais*
- *Estado e Economia*
- *Estudos de Direito do Trabalho – Volume II*
- *Lições de História do Direito Romano, Peninsular e Português*
- *Manual Prático das Sucessões*
- *O Ne Bis In Idem no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça e no Direito Europeu da Concorrência*
- *O IVA Português no Tribunal de Justiça da União Europeia*
- *Os Impostos Especiais de Consumo*
- *Responsabilidade Penal das Pessoas Colectivas*
- *Revista de Direito Público*

Com a quantidade de informação que circulava no meu *e-mail*, tornou-se fundamental manter um registo pessoal das obras que chegavam, do estado da proposta de edição e da ficha de apreciação e, ainda, se o *upload* de todos os documentos já tinha sido feito.

Este método de organização teve como resultado a simplificação do processo de apreciação, ficando este reduzido ao preenchimento dos campos específicos do conteúdo da obra na ficha de apreciação pelas editoras. Assim, durante este período, a avaliação de obras pôde ser realizada de forma mais sistemática, maximizando a utilização produtiva do tempo disponível.

¹⁴ Não foram incluídas as quatro obras para as quais ainda não tinha sido reunida toda a documentação necessária aquando do meu término de estágio.

3.4. Tarefas transversais

Ao longo do meu estágio, para além do contacto com o processo de apreciação, foram-me também lançados outros desafios, a que me refiro de seguida.

3.4.1. Bases de Indexação

Uma das primeiras tarefas que a Dra. Cecília Santos me propôs foi investigar o processo de adesão a bases de indexação. Este procedimento foi sugerido à Almedina por iniciativa do CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), o que não surpreende, já que a indexação é sobretudo útil sob o ponto de vista da difusão do conhecimento científico, não sendo reconhecida, no entanto, pela sua viabilidade comercial. A indexação é um serviço em que, através do registo dos metadados e conceitos de uma publicação (segundo um padrão internacional), se consegue estabelecer uma rede de relações organizada entre os documentos presentes numa base de dados. Isto irá permitir a maior visibilidade e o mais fácil acesso aos conteúdos desses documentos, o que naturalmente favorece os interesses dos autores mais do que os das editoras responsáveis pelas publicações originais. No entanto, a Almedina mostrou-se disponível para investigar esta possibilidade, já que estas plataformas têm tido uma relevância crescente na propagação do conhecimento e poderão também vir a oferecer vantagens para as editoras técnicas. Nomeadamente, estas poderão contribuir para encaminhar os leitores para o local de compra da publicação original que mais lhes convenha.

Na sua proposta, o CES incluiu uma listagem de várias bases de indexação com diversos modos de funcionamento que deveriam ser exploradas com o intuito de providenciar um pano de reflexão para, eventualmente, poder dar-se início ao processo. Foram indicadas as seguintes bases de indexação: SciELO, Scopus, Web of Science – Thomson Reuters: Core Collection – Book Citation Index, EBSCO, DOAB: Directory of Open Access Books, OpenEditions Books e a UC Pombalina.

Deste modo, fui incumbida de investigar detalhadamente estas bases para clarificar os seguintes pontos: os requisitos que uma obra deve cumprir para ser aceite, os custos de adesão e o modelo de negócio/regime de comercialização da base (incluindo a divisão ou não do lucro). Para tal, foi-me necessário consultar toda a informação disponível *online* a respeito destas bases, assim como contactar diretamente com estas quando as informações não eram claras ou completas.

Como por vezes as respostas tardaram, este trabalho levou algumas semanas a ser concretizado na totalidade. Por fim, consegui compilar e sintetizar as informações relevantes numa tabela (*vide* Anexo V). Para facilitar o processo caso este viesse a ser realizado, construí ainda uma segunda tabela para indicar qual o procedimento/elementos em falta para cada caso (*vide* Anexo VI).

Para a Almedina, as bases de indexação com regimes de comercialização com partilha de *royalties* seriam as de maior interesse, já que, à partida, a divulgação em livre acesso das suas publicações não só não lhes traria vantagens no imediato, como poderia levar a que o documento indexado viesse a substituir a versão impressa. As bases de indexação investigadas que possuem este modelo de negócio são a SciELO, a EBSCO e, com limitações¹⁵, a OpenEditions Books. Apenas a SciELO impõe custos de adesão.

3.4.2. Repositórios Institucionais

Uma tarefa de índole similar que me foi também atribuída consistiu na construção de um documento de fácil consulta que discriminasse as regulamentações dos repositórios de várias universidades relativamente aos tipos de acesso às dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Este documento mostrou-se necessário devido ao fenómeno crescente de que no decorrer da apreciação de um original resultante de uma tese ou dissertação este fosse encontrado *online*, disponível livremente. O livre acesso a uma obra torna a sua comercialização redundante e, por conseguinte, é um fator que poderá vir a inibir a decisão de publicação. Como os autores nestas circunstâncias alegavam a obrigatoriedade ao livre acesso por parte das universidades, tornou-se necessário confirmar a rigidez desta política.

A parte inicial deste trabalho requereu que compilasse uma listagem das universidades relevantes. Assim, o critério passa pela seleção das universidades que integram uma Faculdade de Direito. Para isto, analisei as coleções “Monografias”¹⁶ e “Teses de Doutoramento”¹⁷ no catálogo da Almedina e fiz um levantamento das universidades nas quais os autores tinham produzido os seus trabalhos.

Após a seleção das universidades, consultei os respetivos repositórios:

- Camões, Repositório Institucional (Universidade Autónoma de Lisboa)
- Estudo Geral (Universidade de Coimbra)

¹⁵ Esta base encoraja as editoras aderentes a disponibilizar pelo menos 50% do seu catálogo em livre acesso.

¹⁶ Esta coleção publica trabalhos científicos e dissertações de mestrado da área do Direito.

¹⁷ Esta coleção publica exclusivamente teses de doutoramento da área de Direito.

- Repositório Aberto da Universidade do Porto (Universidade do Porto)
- Repositório das Universidades Lusíada (Universidade Lusíada)
- Repositório do ISCTE-IUL (ISCTE-IUL)
- Repositório.UL (Universidade de Lisboa)
- RepositóriUM (Universidade do Minho)
- RUN (Universidade Nova de Lisboa)
- Veritati (Universidade Católica Portuguesa)

No documento construído, discriminaram-se as regulamentações relativamente à obrigatoriedade do depósito, acesso restrito, acesso por registo, acesso por pedido e livre acesso (*vide* Anexo VII).

As conclusões desta investigação foram que a maior parte destes repositórios permite o embargo/acesso restrito das teses e dissertações, embora os regulamentos não apresentem clareza quanto aos procedimentos. É também claro que os repositórios institucionais repudiam o acesso restrito em favor do livre acesso. Em todo o caso, existem outras opções de acesso a considerar, tais como o pedido de acesso ao autor e a disponibilização unicamente dos metadados (dados bibliográficos).

3.4.3. Prémio António Arnaut e obra inédita

O Prémio António Arnaut (PAA)¹⁸ é um prémio anual instituído pelas Edições Almedina que premeia trabalhos de investigação na área dos sistemas de saúde. Este prémio visa homenagear o advogado e político português António Arnaut. A sua primeira edição foi em 2015.

Aquando da chegada das obras a concurso para a edição de 2016, fiquei responsável pela sua ordenação e a organização e registo dos seguintes dados num único documento: título, autor e suas funções profissionais atuais, se o trabalho a concurso provinha de uma dissertação de mestrado ou tese de doutoramento e, se sim, em que instituição foi desenvolvido, e o seu número de páginas. A sistematização destes dados foi realizada à medida que os autores iam facultando as informações que lhes tinham sido pedidas.

Ainda a propósito deste concurso, foi-me pedida uma pesquisa da definição rigorosa de “obra inédita”. A necessidade desta pesquisa surgiu face à submissão a concurso de uma obra que já se encontrava disponível em livre acesso num repositório institucional. Neste sentido,

¹⁸ Cf. “Prémio António Arnaut”, <<http://www.almedina.net/catalog/premioaa.php?promo=regulamento>>, consultado a 17-05-2016.

analisei diversas fontes relevantes. A investigação preliminar teve por base os critérios jurídicos: a nível da lei internacional foram consultadas as disposições resultantes da Convenção de Berna; relativamente à lei nacional foi consultado o Código dos Direitos de Autor e Direitos Conexos. Foram ainda consultadas as definições presentes no *site* da Biblioteca Nacional, na obra *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Electrónico*¹⁹ e nos códigos anotados subordinados aos Direitos de Autor²⁰ da biblioteca do Departamento Editorial, que me foram facultados para esta tarefa.

Concluiu-se que cumpre o requisito de “obra inédita” toda a obra que não tenha sido alvo de publicação (impresa ou eletrónica) e divulgação junto de um público que constitua um universo de consumidores. Deste modo, o original a concurso não pôde ser considerado como inédito, visto que já tinha sido alvo de publicação *online*.

3.4.4. A “Nova” Lei do Preço Fixo

Na fase inicial do meu período de estágio, a Dra. Cecília Santos pediu-me que me inteirasse das disposições do novo Regime Jurídico do Preço Fixo do Livro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 196/2015 de 16 de setembro, uma vez que se trata de uma questão central no negócio livreiro na atualidade e que, no caso da Almedina, tem relevância quer do ponto de vista editorial, quer do retalho. Assim, tive de consultar o decreto-lei e pude apoiar-me numa apresentação preparada pela Dra. Cecília Santos para uma sessão de esclarecimento dentro da editora. Foi-me ainda dada a sugestão de ir atentando às campanhas promocionais da concorrência para verificar o seu cumprimento da lei.

Embora esta lei não seja recente, o novo regime materializa as primeiras alterações à Lei do Preço Fixo em quinze anos. Esta lei visa a proteção dos pequenos e médios livreiros através da proibição da prática de descontos superiores a 10% do PVP em obras publicadas há menos de dezoito meses, com o intuito de promover a concorrência entre os retalhistas da rede livreira.

As alterações da lei começam pela atualização da definição de “livro”, que passa a incluir os formatos áudio e eletrónico, para além do formato impresso. São também discriminadas

¹⁹ FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (2008), *Dicionário do Livro: Da Escrita ao Livro Electrónico*, Coimbra: Edições Almedina.

²⁰ AKESTER, Patrícia (2013), *Direito de Autor em Portugal, nos PALOP, na União Europeia e nos Tratados Internacionais*, Coimbra: Edições Almedina; ASCENSÃO, José de Oliveira (2012), *Direito Civil: Direito de Autor e Direitos Conexos*, Coimbra: Coimbra Editora; LEITÃO, Luís Manuel de Menezes de (2011), *Direito de Autor*, Coimbra: Edições Almedina; REBELLO, Luiz Francisco (2002), *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos*, Lisboa: Âncora Editora.

práticas proibidas, antes praticadas por certas entidades retalhistas em detrimento da Lei do Preço Fixo, tais como:

- O desconto imediato superior a 10% do preço fixado pelo editor ou importador;
- Promoção multiproduto com oferta ao consumidor de vantagem decorrente da compra simultânea de dois ou mais livros, em que é possível a sua aquisição por preço inferior a 90% do PVP;
- A atribuição de um crédito, vantagem ou compensação na compra de um livro, se o seu valor for superior a 10% do seu PVP, podendo esse crédito ser depois utilizado para a aquisição posterior de outros bens;
- A oferta de bens de outra natureza na compra de livros com menos de 18 meses, a não ser ofertas editoriais ou de brindes e materiais promocionais da obra, do autor, editor ou retalhista desde que estes sejam contabilizados no desconto de 10% do PVP.

Apesar de já há muito necessário, o novo regime não vem acabar na totalidade com as “zonas cinzentas” do seu antecessor. Algumas das questões que permanecem dizem respeito às exceções permitidas pelas novas disposições. Por exemplo, este regime não é aplicável à compra de livros por entidades públicas destinadas à cooperação externa e bibliotecas públicas, escolares e universitárias, sendo que estas poderão beneficiar de “um regime de preço mais favorável”. No entanto, não são descritas quaisquer condições ou limites para esse regime.

Por outro lado, o novo regime vem fechar o cerco a diversas práticas abusivas acima discriminadas, o que se espera vir a dificultar a concorrência desleal praticada principalmente pelas grandes superfícies retalhistas, como é o caso dos hipermercados.

3.4.5. Relação de Edições

Periodicamente, coube-me a realização de um documento com a relação das obras publicadas pelas Edições Almedina (e excluindo as obras publicadas pela Edições 70 e pela Actual Editora) num mês específico, de modo a salientar, para mais ágil consulta, quantos dos livros publicados pela Almedina nesse mês foram Novidades, Reedições ou Reimpressões, e quais, dentro de cada categoria. Como eu não tinha acesso aos registos dos livros publicados em cada mês, este trabalho foi realizado com base num conjunto de *e-mails* reencaminhados pela Dra. Cecília Santos. A divulgação dos livros já disponíveis para venda das três editoras do grupo dentro da Almedina é realizada por correio eletrónico, sendo este contacto efetuado pelo Departamento de Planeamento e Produção. Cada *e-mail* indica o título da publicação, autor, ISBN e PVP. No caso da obra se tratar de uma reedição ou reimpressão, isso é também indicado.

Elaborei uma relação de edições para os meses de abril, junho, julho e dezembro de 2015. Nestas incluí o título da publicação, autor e respetiva coleção, com hiperligação para a página da obra no catálogo da Almedina. As obras foram separadas segundo as categorias “Novidades”, “Reedições” e “Reimpressões”. A título de exemplo, incluí em anexo a relação do mês de abril (*vide* Anexo VIII).

3.4.6. Análise de uma 2.^a Edição

Certas obras no catálogo da Almedina são sujeitas a sucessivas reimpressões. Este é o caso de uma obra cuja primeira edição data de 2002, tendo sido posteriormente reimpressa três vezes. Passados catorze anos da sua primeira data de publicação, e lembrando-nos das constantes mudanças a que está sujeito o panorama jurídico, o autor sentiu a necessidade de apresentar uma 2.^a edição da mesma obra. Posto isto, antes da apreciação da reedição, havia a necessidade de localizar as alterações que haviam sido feitas à edição original.

Assim, fiz esse trabalho preliminar, de modo a identificar as principais diferenças entre os dois textos, segundo os seguintes critérios: tamanho em número de páginas, alteração no número de capítulos, eliminação de elementos da primeira edição e inclusão de novos elementos na segunda.

Através dessa análise, pude constatar que foram incluídas duas novas secções num capítulo já existente e um novo capítulo, não tendo, por outro lado, sido eliminados quaisquer elementos da edição original. Foi ainda identificada uma gralha que estava presente em ambos os textos.

A comparação entre os textos das duas edições foi realizada sob a forma de uma tabela, especificando os novos elementos e contrastando o número de páginas (segundo a fórmula de contagem utilizada pela Almedina). Como esta tarefa não tinha como objetivo uma análise a fundo do nível de revisão e alteração dos capítulos já preexistentes, observaram-se antes as alterações realizadas à lista bibliográfica com vista a ilustrar o grau das reformulações que poderiam ter ocorrido no restante corpo de texto.

3.4.7. Revisão

A revisão não faz parte dos serviços da Almedina, uma vez que geralmente a revisão fica a cargo dos autores durante o período de revisão de provas, podendo também ser contratado

esse serviço pela Almedina em regime de *outsourcing* a pedido do autor. Contudo, isto não implica que as editoras não tenham em atenção a correção formal dos originais, podendo ir fazendo algumas correções pontuais no decorrer da apreciação e ir verificando se há razão para alarme. Caso se verifique a necessidade de revisão, esta é sugerida aos autores, já que é também a imagem da Almedina que está em causa quando uma obra é publicada com erros.

Dentro deste campo, fui incumbida de ler atentamente (mas não na íntegra) uma obra com o objetivo de verificar se seria necessário proceder a uma revisão da mesma no caso de uma futura edição.

Durante a análise foram encontrados, entre outros, os seguintes problemas:

- Pontos finais em falta nas notas de rodapé;
- Má aplicação de ponto e vírgula e ponto final em enumerações;
- Duplo espaço;
- Espaço antes de ponto final/vírgula;
- Gralhas;
- Discrepâncias tipográficas (ex: Estados membros vs. Estados-Membros);
- Má utilização de vírgulas;
- Formatação distinta em certas citações (aparentemente arbitrária).

A conclusão natural deste trabalho foi que esta obra beneficiaria de futura revisão em caso de reimpressão.

3.4.8. Pedidos de Capa

Como já foi mencionado, o Departamento Editorial só é responsável pelo pedido de capas para os títulos “fora de coleção”. Este pedido é endereçado à empresa de design gráfico com quem a Almedina tem parceria, a FBA – Ferrand, Bicker & Associados. Durante o meu estágio, a Dra. Sofia Barraca teve a amabilidade de me mostrar este procedimento.

Uma capa é pedida através do preenchimento de um formulário fornecido pela FBA (*vide* Anexo IX) onde se compilam informações a respeito dos dados e formato da obra com relevância para a criação de uma capa. Já os aspetos acerca do conteúdo da obra, já anteriormente registados na ficha de apreciação, deverão ser indicados no campo de observações.

Esta responsabilidade pertence atualmente ao Departamento Editorial devido ao facto da informação editorial assumir particular relevância na conceção de uma capa, já que o grafismo deve estar em sintonia com o conteúdo da obra. Porém, o preenchimento do

formulário é impraticável sem a consulta do Departamento de Planeamento e Produção para a recolha de certos dados físicos da futura publicação, tais como o formato da capa e a dimensão da lombada. Assim, levanta-se a questão de se é de facto necessário que o pedido de capas passe pelo Departamento Editorial, sendo que a informação que este deve integrar no formulário de pedido de capa já está presente na ficha de apreciação da obra, a que todos os departamentos têm acesso através da plataforma SEAE.

Após a conceção do modelo de capa, esta precisa de ser aprovada pelo autor da obra. Se a capa for rejeitada pelo autor, a editora vê-se obrigada a pedir um novo modelo de capa. Se o modelo for aceite quer pela editora, quer pelo autor, este torna-se a capa definitiva.

3.4.9. Registo de Publicação Periódica

Foi proposta à Almedina a criação de uma nova publicação periódica sob a designação *Revista de Direito da Insolvência*. O procedimento do registo da propriedade desta publicação ficou à minha responsabilidade.

A entidade responsável pelo registo de publicações periódicas é a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Numa primeira fase, foi preciso consultar detalhadamente as condições de registo de publicações periódicas indicadas no *site* desta entidade, uma vez que desconhecia o processo por inteiro.

Após reunir as informações respeitantes à documentação necessária para o registo e o valor das taxas, foi ainda preciso contactar a ERC para averiguar qual o meio preferencial para o envio da documentação e qual o método de pagamento aplicável, já que estas informações não se encontravam disponíveis *online*.

O registo de uma publicação periódica requer a seguinte documentação:

- Formulário de Requerimento para o Registo de Publicação Periódica (*vide* Anexo X) preenchido e reconhecido notarialmente;
- Resumo do projeto editorial da publicação, explicitando-se a sua temática, o tipo de informação de que é objeto, a previsão do número de páginas, a área de distribuição e a tiragem prevista;
- Estatuto editorial;
- Dois exemplares, em tamanho natural, do logotipo da publicação;
- Declaração de aceitação do cargo por parte dos coordenadores e fotocópia do seu documento de identificação;
- Declaração passada pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) comprovativa de que o título pretendido não se encontra aí registado, na classe correspondente, a favor de terceiros (sendo este documento solicitado pelo ERC diretamente ao INPI).

Para além destes, ainda foi necessário o envio do comprovativo de pagamento da taxa de inscrição provisória e a certidão permanente da empresa, requisito necessário quando o requerente se trata de pessoa coletiva.

Tentei preencher o formulário de requerimento de acordo com os dados a que tinha acesso e fui reunindo a restante documentação com o auxílio da Dra. Cecília Santos, que foi reencaminhando os meus pedidos às pessoas indicadas. Porém, este procedimento levou ainda algum tempo a ser concretizado, uma vez que certos documentos e informações estavam inteiramente dependentes de outros departamentos ou dos coordenadores da revista. A elaboração do Estatuto Editorial ficou à minha responsabilidade (*vide* Anexo XI).

Aquando do momento da conclusão do meu estágio, o procedimento de registo estava praticamente concluído, estando apenas dependente do envio da documentação original por correio e pela receção da declaração do INPI pela ERC.

3.4.10. Reunião de Preparação Editorial

A 16 de março, já na reta final do estágio, tive a oportunidade de poder estar presente numa Reunião de Preparação Editorial em que tomaram parte a Dra. Cecília Santos, a Dra. Sofia Barraca e a Dra. Paula Mendes do Departamento Editorial, a Dra. Paula Valente do Departamento de Planeamento e Produção, o Dr. José Rodrigues do Departamento de Vendas e a Dra. Sofia Almeida (presente via Skype) do Departamento de Marketing.

Antes da reunião, a Dra. Cecília Santos enviou-me as apreciações das obras que seriam discutidas e pude ainda analisar o *template* da ata da reunião de preparação, o que me permitiu estar preparada para acompanhar a discussão.

No decorrer de cada reunião as obras são analisadas caso a caso. Em primeiro lugar, a editora responsável pela apreciação apresenta a obra guiando-se pela sua ficha de apreciação, a que todos os intervenientes têm acesso. É salientado o possível enquadramento académico de uma obra, como, por exemplo, se o seu autor é professor e pode recomendar este título aos seus alunos. As editoras têm também presentes os programas curriculares dos estudantes de Direito de modo a poder refletir acerca do enquadramento da obra nestes programas. No caso da obra se encaixar num determinado nível académico, é importante estimar quantos alunos constituem o universo desse grau. Uma obra demasiado específica ou destinada a anos académicos superiores terá um público menor que uma obra de cariz mais geral e destinada a anos académicos iniciais. São também tomadas em consideração as obras concorrentes desta obra, já que poderão tornar a sua publicação redundante.

As obras em análise são frequentemente comparadas com obras similares já publicadas pela Almedina. Os dados relativos ao *stock* de anteriores publicações (que discrimina o número de títulos vendidos por cada ponto de venda) está acessível através de uma plataforma denominada “Painel da Obra”. Deste modo, é tido em conta o quão obras em circunstâncias similares têm vendido e é com base nesses números que se estabelece a tiragem para a nova publicação.

A tiragem é logo parcialmente distribuída pelos pontos de venda considerados mais adequados. Se a universidade onde o autor leciona possui uma livraria universitária, o número de livros distribuídos a esse ponto de venda poderá ser superior.

Outro valor acordado na reunião de preparação editorial é a percentagem reservada aos direitos de autor. Este valor é igualmente acordado por analogia com outras obras similares.

É também por analogia que se procede para se perceber quando uma obra deve ser recusada. Se uma obra é tematicamente similar a uma outra obra de nicho anteriormente publicada que não vendeu como desejado, não se corre o risco de uma nova publicação. Contudo, poderá haver outros fatores que motivem a publicação, como, por exemplo, se o autor da obra for reconhecido pelo público.

Em certas situações, a publicação, as tiragens e os direitos de autor poderão não ser objeto de discussão. A publicação de obras coletivas, por vezes, trata-se de uma condição integrada no protocolo de colaboração entre a Almedina e uma entidade institucional para a organização de um congresso especializado. Nestes casos, a entidade geralmente pede uma proposta à Almedina, que poderá propor contribuir com a divulgação do evento (através de cartazes e convites eletrónicos, por exemplo) e com a publicação das comunicações proferidas com uma tiragem pré-estabelecida. Geralmente, estes acordos pressupõem também a aquisição de um número pré-determinado de exemplares pela entidade promotora do evento, mas também poderão não o fazer. Assim, nestas circunstâncias, a tiragem não é negociável e caberá ao Departamento de Vendas e ao Departamento de Marketing lidar com a potencial dificuldade no esvaziamento do *stock*. A vantagem é que, nestas circunstâncias, em princípio também não serão pagos quaisquer direitos de autor.

A pressão à qual a Almedina é submetida para publicar num curto espaço de tempo é algo de que só me apercebi verdadeiramente no decorrer da reunião. Das nove obras discutidas, duas foram recusadas. Cinco das restantes sete deviam ser publicadas entre abril e junho, de acordo com o pedido dos autores. O imperativo temporal devia-se ao facto de estas obras deverem já estar disponíveis durante o período de estudo dos estudantes para os exames de final de segundo semestre. Porém, só em meados de março é que os originais tinham sido enviados pelos autores. Apesar da aparente impossibilidade de cumprir estes prazos, a

Almedina prontificou-se a dar a urgência devida a estas publicações e foi bem-sucedida em fazê-las chegar ao público no período previsto²¹. Isto comprova também a relação que a Almedina mantém com os seus autores, em que as suas indicações são sempre levadas em conta, mesmo que isso implique um esforço acrescido para a editora.

Assistir a esta reunião permitiu-me ter um maior entendimento do modo como os diferentes departamentos se articulam dentro da Almedina. Após seis meses no Departamento Editorial e até a este momento de encontro, tinha permanecido em grande parte ignorante sobre o que acontecia às obras apreciadas depois de deixarem as quatro paredes do Departamento Editorial. Daí em diante foi-me mais fácil visualizar o percurso do original até este chegar às estantes das livrarias, pelo que ter feito parte desse percurso tornou-se infinitamente mais gratificante.

²¹ Após consulta da atual disponibilidade destas cinco obras no catálogo do Almedina.net, quatro destas já se encontram disponíveis para venda. A quinta obra tinha como data-limite para publicação junho de 2016 (consulta a 18/05/2016).

Considerações Finais

Estagiar numa editora com as dimensões da Almedina tem a particularidade de requerer um trabalho altamente especializado, o que não me deu a oportunidade de ter contacto direto com as atividades desempenhadas por departamentos que não apenas o Departamento Editorial. Isto poderia ser encarado como uma desvantagem, mas no mundo dos negócios de hoje as competências mais valorizadas são as especializadas. A concretização de uma tarefa com minúcia e uma competência particular é mais dificilmente dispensada que a concretização de várias com menor grau de especialização. O Mestrado em Estudos Editoriais, com todas as suas componentes, ofereceu-me a visão de conjunto necessária para a compreensão da atividade editorial na sua inteireza, mas munuiu-me também com as ferramentas necessárias para construir a minha área de especialização em qualquer área do trabalho editorial. Embora tenha tirado proveito da familiarização com todos os nichos da prática editorial, não consigo negar que o que me realiza é o contacto direto com o texto e conteúdo dos originais que se poderão tornar livros. Essa foi sempre a minha aspiração e, por conseguinte, de ora em diante tenciono continuar a cultivar as minhas competências no ramo da edição de texto.

A Almedina foi o lugar certo para fomentar esse percurso. Embora a edição de ficção sempre me tenha cativado (não fora eu uma estudante assídua de literatura), aqui descobri uma segunda paixão, a apreciação de originais de cariz técnico, da área das ciências sociais e humanas. Estes seis meses mostraram-me também que seria benéfico procurar uma área do conhecimento onde me especializar não tão diretamente relacionada com as humanidades, já que é noutros nichos técnicos que amiúde estarão as oportunidades.

De futuro, gostaria também de desenvolver algumas competências relativas à edição de texto que não pude trabalhar nestes seis meses. Gostaria de ter mais prática de revisão de texto em particular, uma vez que lado a lado com a leitura de originais é a tarefa editorial que mais me motiva e para a qual sinto ter maior aptidão.

Findas as considerações, resta-me deixar um último agradecimento a toda a equipa da Almedina. Se com o meu trabalho tiver retribuído um centésimo do que recebi e aprendi durante o meu período de estágio, termino esta etapa com um sentimento de dever cumprido. A única boa forma de concluir este relatório é com um sincero “obrigada”.

Referências Bibliográficas

- “ACTUAL EDITORA”, <<http://www.actualeditora.pt/>>, consultado a 10-05-2016.
- “ALMEDINA.NET”, <<http://www.almedina.net/catalog/>>, consultado a 10-05-2016.
- ALMEIDA, Ana Sofia Amado (2014), *Do Papel ao Pixel: Relatório de Estágio na Almedina*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- COSTA, Filipa de Sousa e (2009), *Relatório de estágio em edição na Porto Editora*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- CRESPO, Lúcia (2009), “Grandes grupos editoriais”, *Blogtailors – O blogue da edição*, <<http://blogtailors.com/3223729.html>>, consultado a 10/05/2016.
- “EDIÇÕES 70”, <<http://www.edicoes70.pt/site/>>, consultado a 10-05-2016.
- “GRUPO ALMEDINA”, <<http://www.grupoalmedina.net/>>, consultado a 10-05-2016.
- MATOS, Nélson de (2007), “Grupos Editoriais / Editoras «Independentes»”, *Blogtailors – O blogue da edição*, <<http://blogtailors.com/3207408.html>>, consultado a 10/05/2016.
- MONNET, Inês Fernandes (2010), *Relatório em edição realizado na Actual Editora*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PINHO, Nuno (2011). *Relatório de estágio em edição na Edições Almedina*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- PORTELA, Joana Abranches (2009). *Relatório de estágio em edição nas edições Almedina*, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- THOMPSON, John B. (2012). *Merchants of Culture: The Publishing Business in the Twenty-First Century*, Estados Unidos da América: Plume. [e-book]

Resumo Semanal das Novidades da Concorrência

15 a 21 de janeiro

Conforme os catálogos *online* da AAFDL, Bertrand, Fnac, Presença, Universidade Católica Editora e da Wook.














Editora	Título	Autor(es)	Conteúdo	Público-alvo
A Esfera dos Livros	<i>Augusto: de revolucionário a imperador de Roma</i>	Adrian Goldsworthy	Biografia de César Augusto.	Historiadores; público em geral.
AAFDL	<i>Código do Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais: Versão Comparada 2002-2015</i>	(org.) Alexandra Leitão e Mafalda Serrasqueiro	Comparação do Código do Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais entre 2002 e 2015.	Estudantes de Direito; profissionais de Direito.
Afrontamento	<i>O Convento e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto</i>	Vários	A evolução da arquitetura da Venerável Ordem Terceira de São Francisco do Porto de 1633 até finais do século XIX.	Docentes, estudantes e investigadores de História da Arte e Arquitetura.
Bertrand	<i>Terra Negra</i>	Timothy D. Snyder	Livro que relaciona o tempo presente com o tempo que precedeu o holocausto no século passado.	Público em geral.
Betweien	<i>Porquê ler mais um livro de empreendedorismo? Porque sim!</i>	Narciso Moreira	Manual de empreendedorismo.	Empresários; empreendedores; público em geral.
Bnomics	<i>Segurança Privada em Portugal</i>	Rui Moreira	Visão alargada da atividade da segurança privada em Portugal.	Profissionais de segurança privada.
Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa	<i>A Pintura Integrada em Tectos e Abóbadas e a Perspectiva Linear</i>	António de Oriol Trindade	História da arte da arquitetura dos séc. XVII e XVIII.	Docentes, estudantes e investigadores de História da Arte e Arquitetura.

Gradiva	<i>Liberdade da Cultura: Preparar o 25 de abril</i>	Centro Nacional de Cultura, Guilherme de Oliveira Martins	Análise das personalidades e acontecimentos que contribuíram para a implementação democrática após o 25 de abril.	Historiadores; investigadores; público em geral.
Gustavo Gili	<i>A Condição Contemporânea da Arquitetura</i>	Josep Maria Montaner	Reflexão acerca da arquitetura contemporânea.	Docentes, estudantes e investigadores de Arquitetura.
Húmus	<i>Crónica da Regência e do Reinado de D. João I</i>	Fernão Lopes	Edição integral das obras de Fernão Lopes, tendo o texto original sofrido modificações com vista à aproximação do português moderno.	Historiadores; investigadores; público em geral.
Lidel	<i>Gestão Comercial Hoteleira</i>	Teresa Sousa e Rodrigues Costa	Guia de conceitos de marketing e gestão hoteleira.	Gestores e marketeers associados ao negócio hoteleiro.
	<i>Traumatologia Desportiva</i>	Pedro Pessoa, Henrique Jones	Guia acerca de lesões desportivas.	Desportistas; profissionais da saúde; público em geral.
Lua de Papel	<i>A Queda de Wall Street</i>	Michael Lewis	Relato auto-biográfico que se debruça sobre o tempo que o autor passou a trabalhar na bolsa de Wall Street.	Economistas; público em geral.
Manuscrito Editora	<i>Portugal Insólito</i>	Joaquim Fernandes	Livro que compila antigas histórias fantásticas e paranormais no Portugal do passado.	Público em geral.
	<i>Uma Caixa de Primeiros Socorros das Emoções</i>	Maria Palha	Guia que visa ensinar a lidar com as emoções.	Público em geral.

Marcador	<i>13 Horas: os soldados secretos de Benghazi</i>	Mitchell Zuckoff	Compilação de relatos de testemunhas da batalha de Benghazi.	Historiadores; público em geral.
	<i>Eu Sou o Meu Maior Projecto: conselhos e estratégias para planear a sua carreira</i>	Maria da Glória Ribeiro	Guia de gestão pessoal.	Empresários; empreendedores; gestores.
Matéria Prima	<i>Fazer do Medo Coragem</i>	Teresa Marta	Guia de auto-ajuda para vencer os medos.	Público em geral.
Página a Página	<i>As 12 Conferências da Reforma Agrária: um testemunho da revolução de Abril</i>	Vários	Registo histórico composto por 12 conferências a respeito da Reforma Agrária.	Historiadores.
	<i>O Grande Conluio contra a Reforma Agrária</i>	Mário Moutinho de Pádua	Peça de teatro pedagógica que visa o conhecimento do que foi a Reforma Agrária.	Historiadores.
	<i>Os Trabalhadores e a Crise do Capitalismo</i>	António Avelãs Nunes	Reflexão acerca da crise, do capitalismo e dos trabalhadores.	Economistas; gestores; acionistas.
Quetzal	<i>O Demónio da Depressão</i>	Andrew Solomon	Reflexão acerca da depressão.	Psicólogos; público em geral.
Quid Juris	<i>Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa – 2.ª edição</i>	J. H. Delgado de Carvalho	Diplomas legais a respeito da ação executiva para pagamento da quantia certa com comentários. Edição revista e aumentada.	Profissionais e estudantes de Direito.
Temas e Debates	<i>Um breve guia para os clássicos filosóficos</i>	James M. Russell	Análise sintética do corpus canónico dos pensamentos filosóficos.	Investigadores de Filosofia; público em geral.
Tinta da China	<i>Entre Dois Impérios: Viajantes Britânicos em Goa (1800-1940)</i>	Filipa Lowndes Vicente	Análise histórica comparativa dos impérios britânico e português na Índia.	Historiadores; público em geral.

	<i>História da China</i>	Stephen G. Haw	Análise holística e resumida da História da China.	Historiadores; público em geral.
Top Books	<i>A Sorte Não Acontece Por Acaso</i>	Nuno Fontes	Livro de autoajuda que tenta providenciar ferramentas que permitam ao leitor sair da sua zona de conforto.	Público em geral.
UCE	<i>A Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus: uma resposta jurídica no caminho ecuménico</i>	João Vergamota	Reflexão acerca da Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus, resposta do papa a anglicanos que queriam entrar em comunhão com a igreja católica.	Estudantes, docentes e investigadores de Teologia e Direito.
Vida Económica	<i>Pack – A Floresta em Portugal – Estado Jurídico-Económico + Empreendedorismo e Plano de Negócios no Setor Agrícola</i>	Glória Teixeira	Análise jurídica, económica e de gestão das florestas portuguesas.	Economistas; empresários relacionados com o setor agrícola.
Vogais	<i>Pensar como Bill Gates</i>	Daniel Smith	Biografia de Bill Gates.	Público em geral.

Legenda temática

Arte	
Biografia	
Ciência Política	
Ciências Naturais	
Ciências Sociais	
Contabilidade	
Direito	
Registos e Notariado	
Educação	
Empreendedorismo	
Estatística	
Estudos Culturais e Literários	
Filosofia	

Finanças
Gestão/Economia
História
Marketing
Medicina
Psicologia
Sociologia
Teoria, História e
Filosofia do Direito



Resumo Semanal das Novidades da Concorrência

Novidades de Direito

15 a 21 de janeiro

Conforme os catálogos *online* da AAFDL e da Universidade Católica Editora.

Novidades das seguintes editoras: Coimbra Editora, Porto Editora, Quid Juris, AAFDL, Universidade Católica Editora e Vida Económica.

Editora	Título	Autor(es)	Conteúdo	Público-alvo
AAFDL	<i>Código do Processo nos Tribunais Administrativos e Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais: Versão Comparada 2002-2015</i>	(org.) Alexandra Leitão e Mafalda Serrasqueiro	Comparação do Código do Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais entre 2002 e 2015.	Estudantes de Direito; profissionais de Direito.
Quid Juris	<i>Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa – 2.ª edição</i>	J. H. Delgado de Carvalho	Diplomas legais a respeito da ação executiva para pagamento da quantia certa com comentários. Edição revista e aumentada.	Profissionais e estudantes de Direito.
UCE	<i>A Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus: uma resposta jurídica no caminho ecuménico</i>	João Vergamota	Reflexão acerca da Constituição Apostólica Anglicanorum Coetibus, resposta do papa a anglicanos que queriam entrar em comunhão com a igreja católica.	Estudantes, docentes e investigadores de Teologia e Direito.

Anexo III – Ficha de apreciação.

Avaliação de Obra Original

Data:

Dados Gerais

Título:

Subtítulo:

Autoria:

Coordenação:

Recomendado por:

Observações:

Disponível *online*:

Nota Curricular

Obras do Autor

Apresentação do original

Forma de entrada:

Texto final?

N.º de págs.:

N.º aprox. de caracteres:

Tipo/Coleção:

(ex: manual, monografia, ...)

Categoria/Ramo:

(ex: Dto. Civil, Psicologia, ...)

Ilustrações:

Extratextos:

Área de Direitos disponível: Mundiais de Língua Portuguesa

Sobre o livro

Análise FAB

Características

Vantagens

Benefícios

Público-alvo

Obras Concorrentes

Almedina	Outras Editoras
-----------------	------------------------

Obras Almedina Associáveis

Anexo IV – Ficha de proposta de edição.

PROPOSTA DE EDIÇÃO DE OBRA ORIGINAL

Data da Proposta:

Dados Gerais

Título:

Subtítulo:

Autoria:

Coordenação:

CV (breve nota curricular)

Obras do Autor

Caraterísticas da obra

Texto final?

Tipo/Colecção:

(ex: manual profissional, manual universitário, guia prático, monografia, tese de doutoramento...)

Categoria/Ramo:

(ex: Dto. Civil, Psicologia, ...)

Ilustrações:

Extratextos:

Área de Direitos disponível: Mundiais de Língua Portuguesa

Sinopse (em caso de publicação, poderá ser utilizada como texto de contracapa. Máximo 1500 caracteres, inc. espaços)

Tema central; pequeno resumo do conteúdo da obra

Pontos Fortes	Destaque aspetos chave (2 ou 3) que encontramos nesta obra mas que não estão presentes noutras já publicadas
<input type="text"/>	

Pontos Fracos	Destaque aspetos chave (2 ou 3) que poderão ser apontados como negativos pelo público-alvo
<input type="text"/>	

Público-alvo	A quem se destina a obra, podendo localizar e quantificar
<input type="text"/>	

Em caso de recomendação do livro a alunos	Número aproximado de alunos/ano e semestre em que é lecionada
<input type="text"/>	

Obras Concorrentes	Obras que se enquadrem como concorrentes à obra apresentada
Almedina	Outras Editoras
<input type="text"/>	

Obras Almedina Associáveis	Obras da editora dentro da mesma área ou sobre assuntos conexos
<input type="text"/>	

Comentário Final	Caso entenda deixar informação adicional que possa ser útil à tomada de decisão editorial
<input type="text"/>	

Dados do Autor	
Nome:	<input type="text"/>
E-mail:	<input type="text"/>
Telefone/Telemóvel:	<input type="text"/>

Anexo V – Informações relativas às bases de indexação.

Base de Indexação	Tipo de serviço	Requisitos de adesão	Procedimento de adesão	Custos	Comissões	Regime de comercialização
SciELO	Biblioteca digital e base de dados bibliográfica	<p>(3.1)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conselho Editorial responsável pela política editorial e seleção dos livros das coleções (as editoras devem informar acerca de qualquer alteração e/ou mudanças na formação dos seus Conselhos Editoriais); ✓ A editora deve ter um responsável pela coleção explícito/definido e publicado em seu portal e/ou corpo editorial; ✓ As normas e critérios de seleção de seus livros, instruções e metodologias de avaliação, responsabilidades, formação do conselho editorial, formulário de avaliação e critério de avaliação, também devem ser disponibilizados para avaliação; ✓ A inclusão da editora no SciELO Livros fica condicionada à seguinte condição: a editora deve apresentar à partida 10 títulos (que sejam aprovados pelo Comitê Consultivo) para incluir na SciELO e, posteriormente, deverá indicar cinco livros anualmente para atualizar a coleção. 	<p>(3.2 & 3.3, 13, ver e-mail) A editora deverá enviar:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Uma carta ofício, expressando o interesse da editora em ingressar no SciELO Livros; • Tabela de indicação de títulos anexa (ver Excel da “Planilha”). A carta deverá conter informação (CVs) sobre o Conselho Editorial, <i>site</i> e catálogo online, se houver. <p>O pedido é analisado pelo Comitê Consultivo. Após a aprovação, o ingresso é formalizado com a assinatura do termo de adesão à Rede SciELO (modelo).</p> <p>Após a aprovação, a editora deve enviar apenas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O PDF do livro (versão final); • A capa em boa resolução; • Pareceres de avaliação (Via FTP ou WeTransfer). <p>Todos os procedimentos de solicitação de eISBN, conversão do PDF para ePUB, atribuição do número DOI, adaptação da ficha catalográfica, envio e manutenção do livro na Kobo, Google Books, Amazon, Ex Libris, BID, DOAB e EBSCO e demais bases indexadoras fica à cargo do SciELO e todos os serviços estão incluídos no valor cobrado por livro (R\$1.000,00).</p>	<p>(9) Variam consoante o estipulado para o ano vigente. Em 2015, R\$ 1.000,00 (~228,50€), valor pago uma única vez, por cada livro publicado. Não há outros custos (e.g. custos de adesão da editora). A forma de pagamento deve ser acordada entre a SciELO e a editora.</p>	<p>(9) Variam consoante o estipulado para o ano vigente. Considerando que cerca de metade da receita fica nos distribuidores, o sobranço é igualmente dividido entre a SciELO e a editora (à partida, 25%, 25%).</p> <p>Os preços dos livros serão estabelecidos de acordo com a lista de preços fornecida pela editora, que poderá ser modificada e comunicada à SciELO com pelo menos 5 dias úteis de antecedência.</p>	<p>Edição e comercialização de livros em formato digital (HTML, PDF e ePub). Também permitem contratos de livre acesso. Embora também disponha de serviço de indexação, distingue-se da Scopus e Web of Science, por exemplo, por não ter como foco principal a indexação, mas sim a edição eletrônica.</p> <p><u>Plataformas com as quais têm parcerias:</u> Google Books, Kobo, Ex Libris, Internet Archive, OCLC, WorldCat, Summon, Plataforma Lattes, EBSCO.</p>

Base de Indexação	Tipo de serviço	Requisitos de adesão	Procedimento de adesão	Custos	Comissões	Regime de comercialização
Scopus	Base de indexação bibliográfica por citação	<p>Se a coleção for considerada periódica: (Journal Selection Criteria)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O título deve ter sido sujeito a revisão por pares (ou seja, tenha sido sujeito a avaliação por outros investigadores da mesma área antes da publicação); ✓ Deve ser uma publicação periódica (ter um ISSN); ✓ Deve ter resumo/abstract e títulos em inglês; ✓ O título deve ter as referências em alfabeto latino; ✓ O título deve ter uma declaração de ética de publicação <i>online</i> e de más-práticas de publicação; ✓ O título deve ter pelo menos dois anos de história de publicação. <p>(2.2) Para integrar o Book Expansion Project (para livros e não publicações periódicas, <u>indicado pelo CES</u>), é considerada a editora e não títulos únicos: (Scope and selection of books expansion)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reputação e impacto da editora; ✓ Dimensão e área do conhecimento da lista de livros; ✓ Disponibilidade e formato do conteúdo dos livros; ✓ Critérios de publicação e missão editorial; ✓ Qualidade do conteúdo dos livros publicado. 	<p>Se a coleção for considerada periódica:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preencher o formulário; ✓ Aguardar avaliação (pode durar de quatro a doze meses). <p>Para integrar o Book Expansion Project:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Não existe formalidade, visto ser ainda um projeto em expansão – prosseguir contacto por e-mail; ✓ Como a equipa do BEP é pequena, poderão não aceitar tantas editoras quanto as que forem qualificadas; ✓ Responder a uma série de questões que têm como base os critérios enunciados na coluna ao lado (ver e-mail). 	(ver e-mail) Sem custos.	(ver e-mail) Sem comissão.	Providencia literatura sujeita a revisão por pares (não na íntegra) a instituições em formato digital, redirecionando o utilizador para a plataforma da editora. Funciona por subscrição. Semelhante ao serviço da Web of Science (ambas servem mais como base de indexação do que de comercialização).

Base de Indexação	Tipo de serviço	Requisitos de adesão	Procedimento de adesão	Custos	Comissões	Regime de comercialização
Web of Science – Thomson Reuters: Core Collection – Book Citation Index	Base de indexação bibliográfica por citação	<p>(Basic Publishing Standards)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ É recomendável a atualidade das publicações (preferencialmente com menos de cinco anos), mas livros mais antigos, e particularmente na área das Ciências Sociais e Humanas, poderão ser considerados para avaliação; ✓ Devem ser fornecidos os dados completos [full address information] de todos os autores; ✓ Informação bibliográfica completa é essencial; ✓ É recomendável que o texto se encontre em inglês. Porém, se um livro possuir um texto integralmente noutra língua que não o inglês poderá ser considerado para avaliação, sendo que nestes casos será particularmente vantajosa a inclusão de referências bibliográficas em inglês; ✓ Atenção particular dada aos livros com elevado impacto de citação. 	<p>(ver e-mail) Os editores devem aprovar uma carta de entendimento antes de submeterem títulos para avaliação.</p> <p>Os conteúdos desta carta serão:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A editora pretende enviar livros à Thomson Reuters para avaliação; 2. A Thomson Reuters irá selecionar de entre os livros enviados quais é que correspondem aos critérios e necessidades editoriais; 3. A Thomson Reuters não irá partilhar os livros recebidos com terceiros. <p>Para receber esta carta, são necessários o nome, título e a morada da pessoa da editora que a poderá assinar.</p> <p>Depois do envio da carta assinada, poder-se-ão discutir a submissão e entrega dos títulos. O método preferencial é através de FTP, em PDF editável, mas é também possível a avaliação de livros físicos.</p> <p>Os livros devem ser enviados na íntegra.</p>	(ver e-mail) Sem custos.	(ver e-mail) Sem comissões.	Indexação por citação de conteúdos académicos digitais. Funciona através de subscrição. Semelhante ao serviço da Scopus (ambas servem mais como base de indexação do que de comercialização).

Base de Indexação	Tipo de serviço	Requisitos de adesão	Procedimento de adesão	Custos	Comissões	Regime de comercialização												
EBSCO	Indústria dos serviços de informação. Alberga recursos <i>online</i> para bibliotecas e outras instituições.	(Ver e-mail) <ul style="list-style-type: none"> ✓ Áreas académicas e/ou profissionais; ✓ Disponíveis para a expansão do mercado de outras línguas que não o inglês. 	(Ver e-mail) <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preencher o formulário. ✓ Se a editora for aprovada para a parceria, ser-lhe-ão fornecidas credenciais para uma transferência dos conteúdos por FTP. ✓ A editora deve submeter os títulos acompanhados dos seus 'metadados': editora, título, ISBN impresso, ISBN eletrónico, Preço de Tabela, formato de arquivo, ano de publicação, restrições territoriais e informações bibliográficas. No caso de áudio livros, a editora deve indicar se a proteção DRM é necessária ou não. ✓ Os primeiros títulos deverão ser submetidos um a um para verificar que não existem problemas com o formato. Após esta verificação, pode-se proceder ao <i>upload</i> de toda a coleção de uma só vez. Os formatos aceites são PDF, ePub e ONIX. ✓ Se o título for aceite, a editora deve enviá-lo para a EBSCO, 	Sem custos. (No cost to publishers)	(Ver contrato) Preço fixado pela EBSCO. Taxa de desconto do conteúdo: 50% [Contrato, Documento B 2-b] [Contrato, Documento B 2-c] Comissão/venda devida à editora: Vendas a países desenvolvidos 50% PVP Vendas a países em desenvolvimento 17.5% PVP [Contrato, Documento B 2-e] Em vendas a consórcios em países em desenvolvimento (exceto Singapura, China, Taiwan, Coreia, Malásia, Tailândia, Hong Kong e Macau) 17.5% PVP Em vendas a consórcios em países desenvolvidos <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th>N.º de Consórcios Participantes</th> <th>Desconto para todos os participantes</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>5-9</td> <td>10%</td> </tr> <tr> <td>10-24</td> <td>20%</td> </tr> <tr> <td>25-49</td> <td>25%</td> </tr> <tr> <td>50-99</td> <td>30%</td> </tr> <tr> <td>100+</td> <td>35%</td> </tr> </tbody> </table> Comissão da editora = 50% [PVP – (taxa de desconto x PVP)]	N.º de Consórcios Participantes	Desconto para todos os participantes	5-9	10%	10-24	20%	25-49	25%	50-99	30%	100+	35%	Providencia o acesso de instituições a conteúdos académicos em formato digital. Funciona por subscrição. Os conteúdos são integrados em coleções temáticas que são vendidas em bloco.
N.º de Consórcios Participantes	Desconto para todos os participantes																	
5-9	10%																	
10-24	20%																	
25-49	25%																	
50-99	30%																	
100+	35%																	

que tratará de o pôr disponível *online*. O conteúdo deverá ser transferido por FTP. Serão fornecidas credenciais para proceder ao *upload* dos títulos.

Em vendas a consórcios em Singapura, China, Taiwan, Coreia, Malásia, Tailândia, Hong Kong e Macau

N.º de Consórcios Participantes	Desconto para todos os participantes
5-9	20%
10-24	40%
25-49	50%
50-99	60%
100+	70%

Comissão da editora = 50% [PVP – (taxa de desconto x PVP)]

[Contrato, Documento B 2-d]

Modelo de revenda:

A EBSCO pagará uma taxa de revendedor sobre as vendas dos produtos à editora da seguinte forma:

- O multiplicador do preço de tabela por um utilizador será 1;
- O multiplicador do preço de tabela para até três utilizadores será 1,25;
- O multiplicador do preço de tabela para mais de três utilizadores será 1,5.

[Contrato, Documento B 2-g]

Modelo de empréstimo:

Utilizando o empréstimo como modelo de negócio, nestes casos a EBSCO deverá pagar à editora da seguinte forma:

					<table border="1"> <thead> <tr> <th>Duração do empréstimo</th> <th>Multiplicador do preço de tabela</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1 dia</td> <td>15% do preço de tabela</td> </tr> <tr> <td>7 dias</td> <td>20% do preço de tabela</td> </tr> <tr> <td>14 dias</td> <td>25% do preço de tabela</td> </tr> <tr> <td>28 dias</td> <td>30% do preço de tabela</td> </tr> </tbody> </table> <p>Este modelo só está disponível para utilizadores individuais. Se um utilizador optar por estender o período de empréstimo ou comprar o produto, o valor já por ele pago poderá ser considerado como crédito. (ver contrato para mais detalhes)</p>	Duração do empréstimo	Multiplicador do preço de tabela	1 dia	15% do preço de tabela	7 dias	20% do preço de tabela	14 dias	25% do preço de tabela	28 dias	30% do preço de tabela	
Duração do empréstimo	Multiplicador do preço de tabela															
1 dia	15% do preço de tabela															
7 dias	20% do preço de tabela															
14 dias	25% do preço de tabela															
28 dias	30% do preço de tabela															

Base de Indexação	Tipo de serviço	Requisitos de adesão	Procedimento de adesão	Custos	Comissões	Regime de comercialização
DOAB: Directory of Open Access Books	Base bibliográfica em <i>open access</i>	Livros académicos que devem ser disponibilizados sob uma licença <i>open access</i> e que devem ter sido submetidos a uma <i>peer review</i> independente e externa.	Preencher o formulário disponível nesta página , sob "Application". Sendo responsáveis pelos seus próprios títulos, as editoras terão um portal disponível onde podem proceder ao <i>upload</i> dos títulos.	Sem custos.	Sem receita.	Não comercializa, apenas disponibiliza conteúdos digitais em livre acesso (PDF).
OpenEditions Books	Portal de recursos eletrónicos em ciências humanas e sociais, mais de metade destes em <i>open access</i>	<p>(Application)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Área das Humanidades e Ciências Sociais; ✓ Em todas as línguas; ✓ Títulos são seleccionados após avaliação pelo Comité Académico do OpenEditions. 	<p>(Applying for a book series)</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Preencher um formulário de pedido de acesso à plataforma da OpenEdition Books. Este formulário deve indicar: detalhes da editora, as coleções que serão submetidas e explicações do projeto editorial eletrónico (número de séries que quer publicar, os ficheiros de que dispõe, os responsáveis pelo projeto, etc.). ✓ Formulário não foi encontrado, contactar publishers@openedition.org. <p>Dois regimes de distribuição:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Open Access <i>Freemium</i>: HTML em livre acesso e venda de PDFs e ePUBs; ✓ Acesso exclusivo: venda de todos os formatos de leitura. <p>A editora é encorajada a disponibilizar <u>pele menos 50%</u> do seu catálogo <i>online</i> em Open Access <i>Freemium</i>.</p>	(Application) Sem custos.	(Distribution) Relativamente aos livros que não estarão em <i>open access</i> , o preço de retalho será fixado pelo editor, que receberá: <ul style="list-style-type: none"> ✓ 66% das receitas das subscrições por bibliotecas; ✓ 50% das vendas das livrarias digitais. 	Comercializa em formato eletrónico (Epub, PDF e HTML) e disponibiliza em livre acesso (HTML). Também disponível por subscrição a instituições.
UC Pombalina	Biblioteca digital da UC, associada à Imprensa da Universidade de Coimbra.	Livros, revistas e artigos científicos.	(Não tem informação disponível <i>online</i> e não foi contactada.)			Não comercializa, disponibiliza conteúdos digitais em livre acesso.

Anexo VI – Procedimento/elementos em falta para adesão às bases de indexação.

Base de indexação	O que seria necessário (síntese)
<p>SciELO</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carta encaminhada pela autoridade da editora ou da instituição responsável pela coleção que solicite o ingresso na Rede SciELO Livros. 2. Considerar critérios de avaliação (carta, currículos do conselho editorial [que devem ser enviados ou disponibilizados na <i>web</i>], avaliação dos livros publicados). 3. Se a editora for aprovada deverá assinar um termo de adesão (modelo) e poderá submeter (pelo menos 10) livros em formato digital a avaliação com a identificação padronizada do título, autoria, ISBN e modalidade de acesso ao livro (aberto ou comercial) numa tabela. Cada um deve ser acompanhado de antecedentes sobre a sua avaliação, isto é, dos pareceres de aprovação ou descrição do processo de aprovação. Se aprovado, a coleção pode ser atualizada sem nova avaliação. 4. Pagamento de uma taxa sobre cada livro publicado (em 2015, R\$ 1.000,00 (~228,50€)). 5. O preço dos livros serão estabelecidos de acordo com a lista de preços fornecida pela editora, que poderá ser modificada e comunicada à SciELO com pelo menos 5 dias úteis de antecedência. 6. A percentagem do valor das vendas que corresponde às editoras varia anualmente. Sendo que geralmente as distribuidoras arrecadam 50% das <i>royalties</i>, dos restantes 50%, foi fixado que em 2015 caberia à SciELO e às editoras parte igual (25%).
<p>Scopus</p>	<p>Ou se adapta a coleção para uma publicação periódica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerar os requisitos: título sujeito a <i>peer review</i> e descrição pública do processo, ter ISSN, os títulos e resumos em inglês, referências em alfabeto latino, a série deve ter uma declaração de ética de publicação <i>online</i> e de más-práticas de publicação, pelo menos dois anos de história de publicação. 2. Preencher formulário e aguardar avaliação. 3. Não há custos, nem comissão. <p>Ou continua-se o contacto com a equipa do Books Expansion Project:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerar os critérios de seleção da editora (reputação e impacto, dimensão e área do conhecimento, disponibilidade e formato dos títulos, critérios de publicação e missão editorial, qualidade do conteúdo do livro publicado). 2. Facultar a informação requerida relativa aos títulos e à editora para obter o parecer relativamente à possibilidade de uma aprovação. 3. Não há custos, nem comissão. 4. Caso a aprovação por este meio falhe, poder-se-á tentar o outro caminho.

Base de indexação	O que seria necessário (síntese)
Web of Science	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considerar os requisitos: atualidade (de preferência menos de 5 anos), <i>full address information</i> dos autores, informação bibliográfica completa, pelo menos as referências bibliográficas (títulos dos capítulos, resumo e palavras-chave) deverão estar em inglês. 2. Fornecer dados de preenchimento da carta (nome, título e a morada da pessoa da editora que a poderá assinar) e proceder ao envio da mesma. 3. Enviar os ficheiros digitais dos títulos para avaliação. 4. Não há custos, nem comissões.
EBSCO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ler o contrato (ver documento Word). 2. Preencher o formulário. 3. Submeter os títulos (em ePub, PDF ou ONIX) por FTP (as credenciais serão disponibilizadas pela EBSCO) acompanhados dos seus ‘metadados’: editora, título, ISBN impresso, ISBN eletrónico, Preço de Tabela, formato de arquivo, ano de publicação, restrições territoriais e informações bibliográficas. No caso de áudio livros, a editora deve indicar se a proteção DRM é necessária ou não. 4. Não há custos. 5. Geralmente, a editora receberá o valor correspondente a 50% do PVP, com variações conforme as disposições enumeradas acima.
DOAB	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preencher o formulário disponível nesta página, sob “Application”. 2. Se aprovadas, as editoras terão um portal disponível onde podem proceder ao <i>upload</i> dos títulos. 3. Os livros só podem ser disponibilizados em livre acesso (sem custos e sem receita).
Open Edition Books	<ol style="list-style-type: none"> 1. Contactar publishers@openedition.org. 2. Optar entre dois regimes de distribuição para cada título: Open Access <i>Freemium</i> (HTML em livre acesso e venda de PDFs e ePUBs) e Acesso Exclusivo (venda de todos os formatos de leitura). Pelo menos 50% do catálogo da editora disponível nesta plataforma teria de estar em Open Access <i>Freemium</i>. 3. Não há custo de participação. A editora recebe 66% das receitas das subscrições a bibliotecas e 50% das vendas das livrarias digitais.

Anexo VII – Regulamentações relativamente aos tipos de acesso dos repositórios institucionais.

<p>Nota: Independentemente da universidade onde foram defendidas, as teses que resultem ou se integrem em projetos de I&D financiados pela FCT, total ou parcialmente, devem ser depositadas de imediato num repositório integrante da rede RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal nos termos do Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de agosto e sua regulamentação. A partir do depósito, é autorizado um embargo ao livre acesso que pode ir até 36 meses contados a partir da atribuição do grau de doutor. A partir desse período, é obrigatório o livre acesso das mesmas. (3.3)</p> <p><u>O financiamento da FCT engloba projetos de I&D, bolsas e contratos de emprego científico.</u> – Ou seja, poderá incluir teses de Direito se estas tiverem usufruído de uma Bolsa FCT. Não é claro se o prazo máximo de embargo é o mesmo que aquele para projetos I&D.</p>						
Universidade	Repositório	Obrigatoriedade de depósito	Embargo/ Acesso restrito	Acesso por registo	Acesso por pedido	Livre acesso
ISCTE-IUL	Repositório do ISCTE-IUL https://repositorio.iscte-iul.pt/	Sim. (1 & 3)	Possível, podendo o embargo ter a duração máxima de 12 meses para as publicações na área das ciências sociais, humanidades ou artes e de 6 meses para as publicações das restantes áreas científicas quando exigido pelas editoras. Metadados devem estar disponíveis. (3)	Disponível. As teses podem estar em acesso restrito à comunidade ISCTE-IUL durante tempo indeterminado, 3, 2 ou 1 ano. (3)	Disponível através de formulário (não é claro se o pedido é feito ao repositório ou ao autor).	Disponível.
Universidade Autónoma de Lisboa	Camões, Repositório Institucional http://repositorio.ual.pt/	Sim. (II-2) Contudo, poderá existir desobrigação nos casos em que conflitos contratuais comerciais o justifiquem. (IV-1-d)	Possível, tendo o embargo duração variável consoante a situação. Metadados devem estar disponíveis.* (II-3)	Sem dados específicos. (Não existem teses em acesso restrito no repositório.*)	Sem dados específicos. (Não existem teses em acesso restrito no repositório.*)	Disponível.
Universidade Católica Portuguesa	Veritati http://repositorio.ucp.pt/	Sim. (2)	Possível. Embargo pode ir até três anos. Porém, os autores podem optar por divulgação parcial (apenas capa e metadados). (Anexo 1)	Disponível. (pág. 4)	Disponível através de formulário. Pedido ao autor.	Disponível. (Divulgação total)

Universidade	Repositório	Obrigatoriedade de depósito	Embargo/ Acesso restrito	Acesso por registo	Acesso por pedido	Livre acesso
Universidade de Coimbra	Estudo Geral https://estudogeral.sib.uc.pt/	Sim, realizado automaticamente pelos Serviços de Gestão Académica da UC. (II-1-2)	Possível. Embargo pode ir até seis anos. Metadados devem estar disponíveis. (II-1-3)	Disponível.	Disponível por formulário (não é claro se o pedido é feito ao repositório ou ao autor).	Disponível.
Universidade de Lisboa	Repositório.UL http://repositorio.ul.pt/	Sim. (3) Contudo, pode haver desobrigação em casos em que conflitos contratuais comerciais o justifiquem. (Aos autores – iv)	Possível por 1, 2 ou 3 anos, ou indefinidamente desde que com justificação assinada pelo orientador. Metadados devem estar disponíveis. (Aos autores – iii & Declaração)	Disponível.	Disponível. Pedido ao autor.	Disponível
Universidade do Minho	RepositóriUM http://repositorium.sdum.uminho.pt/	Sim. (1-c)	Possível por um período de tempo de 1 a 3 anos, ou superior se for entregue uma justificação assinada pelo orientador. Metadados devem estar disponíveis. (1-c)	Disponível, para aqueles que pertençam à UM.	Disponível. Pedido ao autor.	Disponível.
Universidade do Porto	Repositório Aberto da Universidade do Porto http://repositorio-aberto.up.pt/	Recomendado. (II-1-1)	Aparentemente possível, mas por omissão. No Regulamento de <i>Open Access</i> da UP é apenas “recomendado” o livre acesso, sem dados específicos acerca das restantes modalidades de acesso. (II-1-3)	Sem dados específicos. (Não existem teses em acesso restrito no repositório.*)	Sem dados específicos. (Não existem teses em acesso restrito no repositório.*)	Disponível.

Universidade	Repositório	Obrigatoriedade de depósito	Embargo/ Acesso restrito	Acesso por registo	Acesso por pedido	Livre acesso
Universidade Lusíada	Repositório das Universidades Lusíada http://repositorio.ulusiada.pt/	Sem informação concreta, mas afirma ter como objetivo “ agregar toda a informação produzida pelas Universidades Lusíada ”.	Sem informação concreta. (Apresenta-se como privilegiando o livre acesso.)	Sem informação concreta. (Não existem teses em acesso restrito no repositório.*)	Sem informação concreta. (Não existem teses em acesso restrito no repositório.*)	Disponível.
Universidade Nova de Lisboa	RUN http://run.unl.pt/	Sim, independentemente dos termos e meios de difusão definidos pelos autores. (7)	Possível, os autores podem optar por permitir o acesso aos metadados e <i>abstract</i> ou definir um período de embargo. (4)	Disponível.	Disponível. Pedido ao autor.	Disponível.

*Os repositórios da Universidade Autónoma de Lisboa, Universidade do Porto e Universidade Lusíada não apresentam qualquer tese com acesso marcado como restrito (estas poderão existir, mas neste caso não estão visíveis aos utilizadores dos repositórios). Embora a UAL faça menção na sua Política de Depósito de Publicações de que as teses embargadas devem ter os seus metadados disponíveis, um teste de pesquisa de uma [tese desta universidade publicada pela Almedina](#) revelou que a mesma simplesmente não se encontra presente no repositório. O mesmo sucede com o teste feito com [uma tese da UP](#) e [uma tese da Lusíada](#).

Anexo VIII – Relação de edições de abril de 2015.

Relação de Edições
Abril

Novidades

- [*I Congresso de Direito Bancário*](#)
(coord.) L. Miguel Pestana de Vasconcelos
OBRAS COLETIVAS
- [*A Sociedade em Rede em Portugal – uma década de transição*](#)
António Firmino da Costa, Gustavo Cardoso, Ana Rita Coelho, André Pereira
FORA DE COLEÇÃO
- [*António Manuel Hespanha – Entre a História e o Direito*](#)
(org.) Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, Cristina Nogueira da Silva
ESTUDOS DE HOMENAGEM
- [*Direito das Sociedades em Revista Ano 7 \(Março 2015\) Volume 13*](#)
(dir.) Rui Pinto Duarte, Jorge Manuel Coutinho de Abreu, Pedro Pais de Vasconcelos
REVISTA – DIREITO DAS SOCIEDADES EM REVISTA
- [*Direito do Consumo – Coletânea de Legislação Fundamental*](#)
David Falcão, com a colaboração de Marta Falcão
COLETÂNEAS DE LEGISLAÇÃO
- [*Enciclopédia de Direito e Segurança*](#)
(coord.) Jorge Bacelar Gouveia, Sofia Santos
DIREITO E SEGURANÇA
- [*Formulários BDJUR - Processo Civil – Petições Iniciais*](#)
Pedro Pinheiro Torres, Luísa Pinheiro Torres
FORMULÁRIOS BDJUR
- [*Para Lá dos Números – As Consequências Pessoais do Desemprego*](#)
Jorge Caleiras
COLEÇÃO CES
- [*Procedimento e Processo Tributário*](#)
Jesuíno Alcântara Martins, José Costa Alves
MANUAIS PROFISSIONAIS
- [*Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo – Anotado*](#)
Sérgio Castanheira, Ricardo Amaral
LEGISLAÇÃO ANOTADA
- [*Responsabilidade Civil por Violação de Deveres no Tráfego*](#)
Rui Ataíde
TESSES DE DOUTORAMENTO
- [*Revista de Direito das Sociedades, Ano VI \(2014\) – Número 3/4*](#)

Faculdade de Direito Universidade de Lisboa

REVISTA – REVISTA DE DIREITO DAS SOCIEDADES

- [Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal – Ano VII – Número 3 – Outono](#)

IDEFF – Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal

REVISTA – REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO FISCAL

Reedições

- [Caderno I de Legislação Administrativa – 2.ª Edição](#)
Isabel Celeste M. Fonseca, Mateus Arezes Neiva
COLETÂNEAS DE LEGISLAÇÃO
- [Casos Práticos – Direito do Trabalho – 2.ª Edição](#)
David Falcão, Susana Ferreira dos Santos
CASOS PRÁTICOS
- [Prática Processual Civil com o novo CPC – 9.ª Edição](#)
Edgar Valles
GUIAS PRÁTICOS
- [Responsabilidade Contratual do Empreiteiro pelos Defeitos da Obra – 6.ª Edição](#)
João Cura Mariano
MONOGRAFIAS

Reimpressões

- [A Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação](#)
(coord.) João Miranda, Claudio Monteiro, Jaime Valle
ICJP / CIDP
- [Código de Processo Civil – Edição Universitária – 14.ª Edição](#)
(org.) Miguel Mesquita
CÓDIGOS UNIVERSITÁRIOS
- [Código do Procedimento Administrativo – 2.ª Edição](#)
Almedina
TEXTOS DA LEI
- [Códigos Tributários – Edição Universitária – 9.ª Edição](#)
Almedina
CÓDIGOS UNIVERSITÁRIOS
- [Efeitos substantivos do Registo Predial – Terceiros para efeitos do Registo Predial](#)
Mónica Jardim
TESES DE DOUTORAMENTO
- [Empreitada de Obras Públicas](#)
Licínio Lopes Martins
TESES DE DOUTORAMENTO

- [Formulário BDJUR - Insolvência](#)
Luís M. Martins
FORMULÁRIOS BDJUR
- [Legislação Comercial e das Sociedades Comerciais – 6.ª Edição](#)
Almedina
CÓDIGOS UNIVERSITÁRIOS
- [Responsabilidade Patrimonial e Insolvência Culposa](#)
José Manuel Branco
MONOGRAFIAS
- [SNC – Contabilidade Financeira: Sua aplicação – 2.ª Edição](#)
Ana Maria Rodrigues, Carla Carvalho, Domingos Cravo, Graça Azevedo
CONTABILIDADE E ECONOMIA

PEDIDO DE CONCEPÇÃO DE CAPA
(VERSÃO 11-01-2012)

CLIENTE::
ALMEDINA

DATA:

PREENCHIDO POR:

DATA LIMITE PARA ENTREGA DA CAPA CONCEBIDA (DEVE SER SEMPRE
CONCEDIDO UM PRAZO MÍNIMO DE QUINZE DIAS(
[Prima aqui e escreva a data que a FBA deverá cumprir para entregar a capa concebida]

SABE SE ESTE LIVRO JÁ FOI EDITADO NOUTROS PAÍSES:

SIM x NÃO (EM CASO DE RESPOSTA AFRMATIVA AGRADECE-SE QUE NOS ANEXEM IMAGENS DA CAPA
DESSAS EDIÇÕES OU FORNEÇAM INDICAÇÕES SOBRES AS EDIÇÕES PARA PESQUISARMOS AS CAPAS EXISTENTES)

TÍTULO:

SUB TÍTULO: (PREENCHER APENAS CASO SE APLIQUE)

AUTOR(ES)::

TIRAGEM PREVISTA (ESTA INFORMAÇÃO SÓ É RELEVANTE NO CASO DE A FBA TER
QUE NEGOCIAR DIREITOS DE IMAGENS)

[Prima aqui e escreva a tiragem prevista]

MARCADOR (ASSINALE CASO PRETENDA CONCEPÇÃO DE MARCADOR DE LIVRO)

CONCEBER MARCADOR DE LIVRO DE ACORDO COM MODELO

COLECÇÃO: (ASSINALAR COLECÇÃO DIGITANDO UM “X” ANTES DO NOME
PRETENDIDO)

AGENDA FORENSE

APDI-ASSOC. PORTUGUESA DIREITO
INTELECTUAL

ARGUMENTOS CLÁSSICOS

CADERNOS LABORAIS

CADERNOS LITERATURA VIAGENS

CADERNOS O DIREITO

CASOS PRÁTICOS

CATÁLOGO DE EDIÇÕES

CEDOUA

CADERNOS

ESTUDOS

TEMAS

CEFOLEX

MANUAIS UNIVERSITÁRIOS

MANUAIS PROFISSIONAIS

MENEZES CORDEIRO

MONOGRAFIAS

OBRAS COLECTIVAS

OBRAS RAÚL VENTURA/ PINTO FURTADO

OLHARES SOBRE A SAÚDE

O TEMPO E A NORMA

POLÍTICA EXTERNA E DIPLOMACIA

PRÉMIO SOUSA FRANCO

PROJURIS

PSICANÁLISE PORTUGUESES

PSICOLOGIA

CELGA

CES

CIDADES E ARQUITECTURA
CONHECIMENTO E INSTITUIÇÕES
COSMOPOLIS
DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO
DIREITO E SOCIEDADE
IDENTIDADES E
INTERCULTURALIDADES
LITERATURA E ARTE
POLÍTICAS SOCIAIS
RISCO E REGULAÇÃO
TRABALHO E
SOCIEDADE

CESC

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO ISPSI

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E
PEDAGOGIA

CMVM

CÓDIGOS ANOTADOS

CÓDIGOS DE BOLSO

ANGOLA
CABO VERDE
MOÇAMBIQUE
PORTUGAL

CÓDIGOS UNIVERSITÁRIOS

COLETÂNEAS DE LEGISLAÇÃO

CONGRESSO ALMEDINA (CAPA P/ ACTAS

COOPERAÇÃO PALOP

DICIONÁRIOS JURÍDICOS

DIREITO MARÍTIMO E DOS TRANSPORTES

DIREITO DAS SOCIEDADES EM
REVISTA

DIREITOS E DEVERES DOS
CIDADÃOS

ESTUDOS CEDOUA

ESTUDOS DE DIREITO AFRICANO

ESTUDOS DE LITERATURA E LÍNGUISTICA

ESTUDOS DO INST. DO DIR. DO
CONSUMO

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

PSICOLOGIA EDUARDO SÁ

REVISTA DO CEJ

REVISTA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO

REVISTA DE DIREITO DO AMBIENTE. E
ORDENAMENTO
TERRITÓRIO

REVISTA DE DIREITO PÚBLICO

REVISTA DE ESTUDOS EUROPEUS

REVISTA FINANÇAS PÚBLICAS E DIREITO
FISCAL

REVISTA INTERNACIONAL ARBITRAGEM E
CONCILIAÇÃO

REVISTA MINERVA

REVISTA DO NOTARIADO

REVISTA “O DIREITO”

REVISTA POLITEIA

REVISTA THEMIS

SÉRIE LITERATURA DE VIAGENS

SPEED

STUDIUM

TEMAS DA REFORMA DO PROCESSO CIVIL

TEMAS DA RESPONSABILIDADE
CIVIL

TEMAS DE INTEGRAÇÃO

TEMAS DE PSICANÁLISE

TEORIA, HISTÓRIA E FILOSOFIA DO DIREITO

TESES DE DOUTORAMENTO

TEXTOS DA LEI

ANGOLA

CABO VERDE

MOÇAMBIQUE

PORTUGAL

ESTUDOS DO INST. DO DIR. DO
TRABALHO

VIEIRA DE ALMEIDA

ESTUDOS EM HOMENAGEM

FORMULÁRIOS

FUNDAÇÃO ECONOMICAS IIª SERIE

GOVERNANCE LAB

GUIAS PRÁTICOS

IDEFF

CADERNOS

CONFERÊNCIAS

IDET- INST. DIR. EMPRESAS E DO TRAB.

CADERNOS

CÓDIGOS

COLÓQUIOS

MISCELÂNEAS

INTRODUÇÃO À LEITURA

JURISPRUDÊNCIA FISCAL ANOTADA

LEGISLAÇÃO ANOTADA

LITERATURA: AUT. PORTUGUESES
CONTEMPORÂNEOS

OUTRA:

[Prima **aqui** e escreva o nome da colecção]

NOVA:

X CAPA AVULSA - FORA DE COLECÇÃO

[Prima **aqui** e escreva o nome da colecção a criar]

TRATA-SE DE UMA MERA ACTUALIZAÇÃO DE DADOS DE UMA CAPA JÁ
EXISTENTE?:

SIM NÃO

FORMATO DA CAPA (PREENCHER APENAS CASO O LIVRO NÃO PERTENÇA A
NENHUMA COLECÇÃO) :

DIMENSÃO DA LOMBADA:

ISBN:

EXISTE TEXTO DE CONTRACAPA?: (EM CASO AFIRMATIVO, ANEXAR EM FORMATO DIGITAL)

EXISTE TEXTO PARA BADANA DA CAPA?: (EM CASO AFIRMATIVO, ANEXAR EM FORMATO DIGITAL)

EXISTE TEXTO PARA BADANA DA CONTRACAPA?: (EM CASO AFIRMATIVO, ANEXAR EM FORMATO DIGITAL)

EXISTE ALGUMA ILUSTRAÇÃO JÁ DEFINIDA? (EM CASO AFIRMATIVO, ANEXAR)
[Prima **aqui** e escreva a resposta]

GRÁFICA ONDE SERÁ EXECUTADA A CAPA?:

GRÁFICA DE COIMBRA

LOUSANENSE

OUTRA: [Prima **aqui** e escreva o nome da empresa]

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

PARA PREENCHIMENTO INTERNO DA FBA

NÚMERO DE PROJECTO:

FORAM UTILIZADAS IMAGENS PARA A CONCEPÇÃO DA CAPA? SE SIM, QUANTAS E QUAL A SUA ORIGEM E NÚMERO DE REFERÊNCIA?

PRETENDE-SE EXEMPLAR PARA NOSSO É O PRIMEIRO EXEMPLAR DESTA ARQUIVO? COLECCÃO?


SIM NÃO

SIM NÃO

OUTRAS OBSERVAÇÕES INTERNAS

Anexo X – Formulário de requerimento para registo de publicação periódica.

A preencher pelos serviços	Apresentação nº _____
Nº de Inscrição: _____	Data: ____/____/____

 ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	Requerimento para Registo de Publicação Periódica
Título da Publicação	<input type="text"/>
Temática	<input type="text"/>
Âmbito	<input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Comunidades Portuguesas no Estrangeiro
Suporte ¹	<input type="text"/>
Modo de distribuição	<input type="text"/>
Site	<input type="text"/>
Periodicidade	<input type="text"/>
Sede de Redação	<input type="text"/>
E-Mail	<input type="text"/>
Diretor	<input type="text"/>
Diretor Adjunto	<input type="text"/>
Subdiretor	<input type="text"/>

Editor	<input type="text"/>
Nacionalidade	<input type="text"/>
Sede	<input type="text"/>
Entidade Proprietária (Nome/Designação Social)	<input type="text"/>
NIF/NIPC (Número de identificação fiscal ou de pessoa coletiva)	<input type="text"/>
Domicílio/Sede	<input type="text"/>
Código postal e localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>
Telemóvel	<input type="text"/>
Fax	<input type="text"/>
E-Mail	<input type="text"/>

O Requerente ²	<input type="text"/>
---------------------------	----------------------

Documentos a anexar:

- Sinopse/Estatuto editorial;
- Um exemplar, em tamanho natural, do logótipo do título de publicação;
- Declaração de aceitação do cargo por parte do diretor;
- Instrumento de constituição/estatutos do requerente e/ou certidão permanente do registo comercial atualizada ou código de acesso à certidão permanente, consoante a natureza jurídica da entidade a registar (no caso do requerente ser pessoa coletiva).

Emolumentos:

- Inscrição: € 61,20
- No prazo de 90 dias, após a notificação do registo provisório, deve ser requerida a conversão em definitiva: € 10,20, devendo também efetuar o depósito do estatuto editorial: € 20,40

Legislação:

Decreto Regulamentar n.º 8/99 de 9 de junho, republicado pelo Decreto Regulamentar n.º

2/2009, de 27 de janeiro; Decreto-Lei nº 103/2006 de 7 de junho republicado pelo Decreto-Lei n.º 70/2009, de 31 de março; Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro

Notas:

¹ Ex: Papel, Online, etc...

² Os requerimentos apresentados por pessoas coletivas têm que ser reconhecidos notarialmente, confirmando a qualidade de representante com poderes para o ato; no caso de ser apresentado por pessoa em nome individual, deverá entregar cópia de cartão de cidadão ou do bilhete de identidade e cartão de contribuinte.

Anexo XI – Estatuto Editorial.

Estatuto Editorial

A Revista de Direito da Insolvência dedica-se à publicação anual de artigos doutriniais, comentários e resenha legislativa, jurisprudencial, bibliográfica, nacionais e comparados, bem como Estatísticas, correspondentes ao período respetivo, que sejam subordinados à área temática do Direito da Insolvência.

É uma revista dos (e para os) diferentes intervenientes (jurídicos e económicos) no fenómeno da insolvência: magistrados judiciais e do Ministério Público, advogados, administradores judiciais, economistas, gestores, professores e investigadores universitários.

Na apreciação de cada texto, o avaliador terá em conta a atualidade e o interesse do tema tratado, a novidade ou originalidade do mesmo e/ou dos argumentos que desenvolve, a clareza e a correção da exposição, a análise da jurisprudência e da legislação relevantes e a pertinência e a atualidade da bibliografia citada.

A Revista de Direito da Insolvência compromete-se a seguir os princípios deontológicos da liberdade de imprensa e ética profissional, com independência de quaisquer interesses políticos, económicos e religiosos.

Os valores que guiam o Grupo Almedina – Confiança, Melhoria Contínua e Ética – serão também os valores promulgados pela Revista de Direito da Insolvência. Deste modo, esta revista assume-se como mais um passo na nossa missão de promoção do conhecimento.

